



Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia



Centro de Pesquisas Econômico-Sociais

Município de Uberlândia
Minas Gerais - Brasil

Uberlândia



*Painel de Informações
Municipais*

2007

Uberlândia – MG

Outubro / 2007

Uberlândia

Painel de Informações Municipais

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Pesquisas Econômico-Sociais. **Uberlândia: Painel de Informações Municipais - 2007.** Uberlândia, Outubro de 2007. 95p. Disponível: <<http://www.ie.ufu.br/cepes>>.

Uberlândia – MG

Outubro / 2007

Uberlândia

Painel de Informações Municipais

2007

Coordenador - CEPES

André Luiz Teles Rodrigues

Organização do Painel

André Luiz Teles Rodrigues

Autores

Álvaro Fonseca e Silva Jr.

Ana Alice B. P. Damas Garlipp

André Luiz Teles Rodrigues

Carlos José Diniz

Durval Perin

Ester William Ferreira

José Wagner Vieira

Luiz Bertolucci Júnior

Marlene Marins de Camargos Borges

alvarojr@ufu.br

aagarlipp@ufu.br

ateles@ufu.br

cjdiniz@ie.ufu.br

durval@ufu.br

ewferreira@ufu.br

jwvieira@ufu.br

bertolucci@ufu.br

mmborges@ufu.br

Editoração Eletrônica

Alvaro Fonseca e Silva Júnior

Realização

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Instituto de Economia – IE

Centro de Pesquisas Econômico-sociais - CEPES

Uberlândia – MG

Outubro / 2007

Uberlândia-MG: Paineis de Informações Municipais-2007

Sumário:

APRESENTAÇÃO

INDICADORES CEPES/IEUFU

1 – Índices de Preços ao Consumidor (IPC/CEPES)	01
1.1 IPC/CEPES – Segundo Semestre de 2006	03
1.2 IPC/CEPES – Primeiro Semestre de 2007	04
1.3 IPC/CEPES – Plano Real – Variações e Acumulada.....	10
2 - Cesta Básica, Salário Mínimo Necessário e Cesta de Consumo Familiar em Uberlândia.....	13
3 - Custo Unitário Básico para Construção Civil (CUB/UDI)	15

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

1 – Produto Interno Bruto (PIB).....	18
2 – Indicadores de Desenvolvimento Social.....	22
3 - Mercado de Trabalho no Município.....	26
3.1 - Evolução do Emprego Formal (1994-2005).....	26
3.2 - População e Mercado de Trabalho Formal e Informal.....	32
4 – Educação	34
5 – Finanças Públicas	39
5.1 Receita Pública Estadual Gerada no Município	39
5.2 Finanças Públicas no Município de Uberlândia	43
6 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios, Segundo Subsetor de Atividade Econômica	49

ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA

1 – Abastecimento de Água, Esgoto e Energia Elétrica	51
2. Construção Civil	53

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

1 – População	56
2 – Natalidade e Mortalidade	69

APRESENTAÇÃO

Uberlândia

Painel de Informações Municipais- 2007

O Centro de Pesquisas Econômico-sociais da Universidade Federal de Uberlândia – CEPES/IE-UFU, através de seu corpo técnico e com o apoio do Instituto de Economia, procurando adequar-se às necessidades dos usuários de seus trabalhos, traz a publicação do **Painel de Informações Municipais sobre Uberlândia**.

Esta é a quarta versão do **Painel de Informações** que está sendo disponibilizada às comunidades uberlandense e adjacentes ao município de Uberlândia. Este trabalho é parte do resultado das pesquisas primárias e secundárias realizadas neste Centro de Pesquisas, e pretende subsidiar gestores das mais diversas áreas pública e privada em suas ações no sentido de minimizar os problemas econômicos e sociais, além de contribuir como fonte de dados para estudos acadêmicos de toda a região.

O presente trabalho está organizado em quatro seções: Indicadores CEPES/IEUFU; Aspectos Econômicos e Sociais; Aspectos de Infra-estrutura e Aspectos Demográficos. O seu objetivo é destacar indicadores e dados na forma de painel, facilitando o acesso às informações. Portanto, não contém análises ou notas metodológicas exaustivas.

Os economistas participantes da elaboração desse painel são citados nas respectivas seções de sua responsabilidade, o que facilitará, *a posteriori*, o contato entre os mesmos e aqueles interessados em maior detalhamento das informações.

A escolha dos temas abordados foi baseada nas solicitações, comumente feitas ao Centro de Pesquisas Econômico-Sociais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, tanto por instituições acadêmicas, quanto por órgãos públicos, empresas, pesquisadores, profissionais de diversas áreas e estudantes.

É necessário expressar que este trabalho não seria possível sem as contribuições imprescindíveis do corpo técnico do CEPES e da atenção e assiduidade das entidades que nos confiam as informações aqui reunidas.

André Luiz Teles Rodrigues

Coordenador

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1J Campus Santa Mônica - CEP 38.400-902 - Uberlândia - MG

Telefones: (34) 3239-4157, 4327 ou 4205(fax) End. eletrônico: cepes@ufu.br Espaço virtual: www.ie.ufu.br

INDICADORES CEPES/IEUFU

1 - Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia-MG (IPC/CEPES)

*José Wagner Vieira
Carlos José Diniz*

O Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Uberlândia (IPC/CEPES), Estado de Minas Gerais, é elaborado mensalmente desde 1979, com a finalidade de indicar as variações nos preços dos bens e serviços que compõem o orçamento familiar de uma unidade de consumo com renda mensal de um a oito salários mínimos. A partir deste indicador são também calculados e divulgados, mensalmente, a Cesta Básica, o Salário Mínimo Necessário e a Cesta de Consumo Familiar, representando um serviço prestado pela Universidade Federal de Uberlândia. A divulgação se dá aproximadamente 5 (cinco) dias úteis após o término da coleta dos preços.

O Índice de Preços ao Consumidor é elaborado para medir a evolução dos preços de um conjunto de produtos, bens ou serviços no varejo, ou seja, preço final repassado ao consumidor. A metodologia de cálculo é a comparação dos preços médios do mês atual com os daqueles do mês imediatamente anterior. O sistema de cálculo sempre abrange um período total de quatro semanas e as variações são obtidas fazendo-se a divisão dos preços médios das quatro semanas de referência pelos preços médios das quatro semanas anteriores (base).

Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor para pagamento à vista. A Pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos, por uma equipe de cinco coletadores externos e dois internos. Os coletadores externos visitam atualmente 83 estabelecimentos comerciais (332 visitas por mês), distribuídos nos bairros da cidade, enquanto que os internos pesquisam outros 443 pontos de coleta de preços pela internet e por telefone. O início da coleta de preços se realiza todo primeiro dia útil do mês e finaliza no último dia útil.

A estrutura de ponderação utilizada para o IPC baseia-se na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). A POF permite conhecer quais são os bens e os serviços utilizados durante um ano pelas famílias residentes nas áreas pesquisadas, bem

como a representatividade de cada um desses bens e serviços na despesa global das mesmas. Além disso, possibilita também estruturar esses bens e serviços por grupos de consumo.

Grupos que compõem o IPC/CEPES

Grupo	Descrição	Peso
1	Alimentação e bebidas	30,49
2	Habitação	19,84
3	Artigos de residência	7,21
4	Vestuário	5,85
5	Transportes	16,9
6	Saúde e cuidados pessoais	8,99
7	Despesas pessoais	6,17
8	Educação	2,62
9	Comunicação	1,91

A partir de janeiro de 2006, a nova estrutura passou a apresentar 9 Grupos e 17 Subgrupos (nos relatórios anteriores tínhamos 4 Grupos e 11 Subgrupos). Como consequência dos novos critérios utilizados para a definição dessa estrutura, a apresentação do IPC/CEPES no seu nível mais desagregado passará a conter 469 Subítemos (produtos e serviços) em substituição aos 244 existentes até dezembro do ano anterior

1.1. Segundo Semestre de 2006

A evolução da inflação no segundo semestre de 2006 refletiu o final de um ciclo de contribuição excepcionalmente favorável dos preços agrícolas à desinflação e, no último bimestre do ano, a recuperação dos preços das principais commodities agrícolas no mercado internacional, notadamente da soja.

A análise da proporção de preços dos produtos e serviços, que apresentaram variações positivas ou negativas, demonstrava caráter transitório do aumento de preços que havia sido verificado, pois mesmo a elevação de +0,40 pp não significou aceleração nos preços de forma generalizada, visto que apenas 10,78% deles situaram-se em patamar superior ao registrado no mês de novembro (69,66% não sofreram alteração e 8,69% reduziram os preços).

A aceleração verificada em relação ao bimestre encerrado em outubro, quando o índice cresceu apenas 0,23%, foi resultante do aumento de preços nos Grupos Alimentação e bebidas (0,50%), Habitação (0,24%), e Artigos de residência (0,75%).

Em período de entressafra, item como óleos e gorduras chegou a ficar 9,13% mais caro. O consumidor passou a pagar mais, também, pelo pescado (4%), bem como cereais leguminosas e oleaginosas (1,38%), além das frutas (1,12%).

O Grupo Artigos de Residência apresentou uma variação de 0,75%, evidenciando sensível elevação em seus preços médios se comparada à variação do mês de novembro (0,34%). Contribuiu para esse resultado o aumento de preços observado no subgrupo Aparelhos eletrônicos, cuja variação passou de -0,40% para 0,86% em dezembro de 2006.

Já o Grupo Habitação, em dezembro, apresentou uma variação de 0,24%, resultado inferior ao do mês anterior (0,33%) em 0,09 p.p. Contribuiu para esse quadro a desaceleração no aumento de preços observada no subgrupo Encargos e manutenção, cuja variação passou de 0,52%, em novembro, para 0,01% em dezembro.

Primeiro Semestre de 2007

A inflação registrou desaceleração no trimestre terminado em junho de 2007 (0,91%), em relação ao trimestre finalizado em março (1,39%), de 0,48 ponto percentual. Neste período, a evolução do IPC/CEPES esteve associada, fundamentalmente, à queda dos preços agrícolas (1,01 pp abaixo dos 3,47% do período), registrando-se elevação nos serviços consumidos na habitação (5,84%).

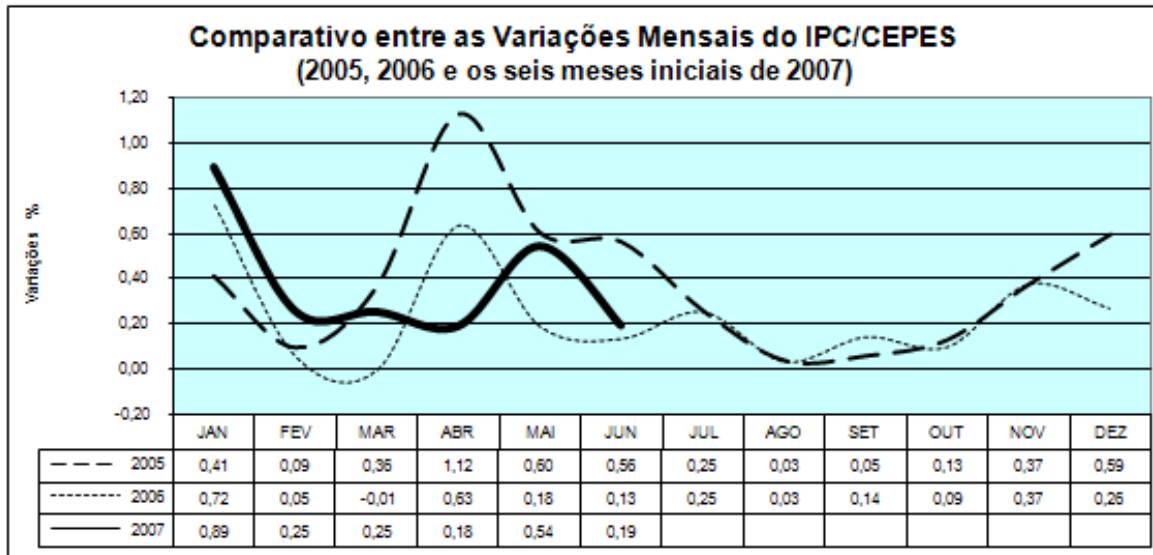
A desaceleração dos preços ao consumidor refletiu, principalmente, o arrefecimento das pressões nos grupos Alimentação e Vestuário, ressaltando-se, no primeiro caso, o recuo dos preços dos alimentos “in natura” e, no segundo, as liquidações de estações.

Nos doze meses terminados em junho, o IPC, divulgado pelo CEPES, ficou em 3,47%, resultado de elevações dos preços dos bens e serviços dos grupos Habitação (8,23%), Despesas pessoais (5,96%) e Educação (4%). Neste período houve, também, as deflações dos preços nos grupos Vestuário (-0,67%) e Comunicação (-0,11). A participação relativa da soma do acumulado dos três primeiros grupos foi responsável por mais de 60% da inflação no período, enquanto no caso dos dois últimos, por menos de 3%. A inflação acumulada nos últimos doze meses, em Uberlândia, seguiu mantendo-se em patamar próximo aos 3,5% apurado desde junho de 2006, fortalecendo as perspectivas de continuidade do atual ciclo econômico e de cumprimento das metas de inflação estipuladas para o ano (4,5%).

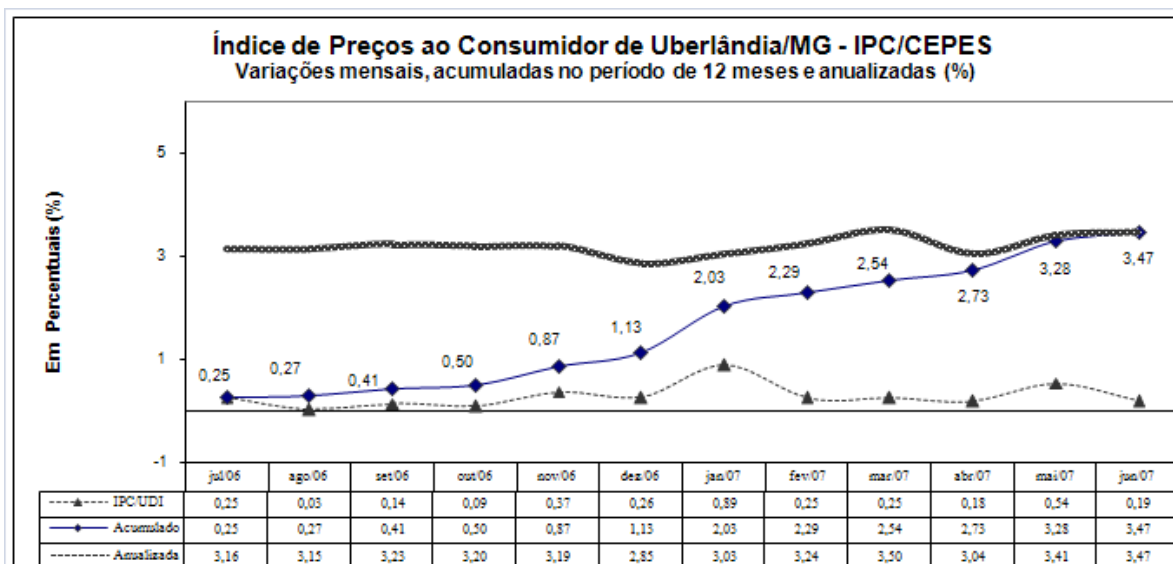
A elevação dos preços dos alimentos ocorreu por conta de uma conjuntura de fatores negativos de abrangência internacional: quebra na produção de trigo na Argentina e no Canadá, redução nas exportações de leite e laticínios na Oceania, além do período de seca que reduz a qualidade das pastagens nas regiões produtoras do Brasil. E ainda o aumento no consumo de alimentos na China, que contribui para sustentar o recente ciclo de alta das commodities em geral.

Em Uberlândia, as conseqüências foram os aumentos de 27,88% no item leite e derivados, 13,57% nos óleos e gorduras, 16,39% nas aves e ovos e de 10,29% nas carnes neste ano. Lembrando que, no caso dos alimentos, os aumentos ocorrem em efeito cascata. Quando a carne bovina sobe, puxa também os preços avícolas, que são proteínas de substituição das carnes (neste primeiro semestre, os ovos subiram 21,36% e o frango inteiro 6,58%). O gráfico a seguir ilustra a

similaridade das variações de preços apuradas entre janeiro e junho deste ano com igual período de 2005 e 2006.



Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU: Uberlândia-MG.



Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU: Uberlândia-MG.

IPC/CEPES – Comparativo das Variações

Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia/MG - IPC/CEPES junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	junho-07	maio-07	junho-06	em 2007	Últimos 12
Índice de Preços ao Consumidor (Geral)	0,19	0,54	0,13	2,31	3,47

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 1 - Alimentação e bebidas

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 1 - Alimentação e bebidas	0,599	-0,373	0,108	1,306	3,564
Subgrupo 1.1 - Alimentação no domicílio	0,697	-0,404	0,066	0,645	2,992
<i>Item 1.1.1 - Cereais, leguminosas e oleaginosas</i>	1,490	-3,566	0,174	-7,231	2,258
<i>Item 1.1.2 - Farinhas, féculas e massas</i>	-0,485	-0,023	0,311	0,781	1,736
<i>Item 1.1.3 - Tubérculos, raízes e legumes</i>	-3,190	-2,312	-6,028	4,128	-15,060
<i>Item 1.1.4 - Açúcares e derivados</i>	-4,695	-0,505	1,022	-7,858	-16,503
<i>Item 1.1.5 - Hortaliças e verduras</i>	0,265	-4,596	-4,724	-0,061	-3,762
<i>Item 1.1.6 - Frutas</i>	-4,521	-5,905	-3,260	-9,175	-11,684
<i>Item 1.1.7 - Carnes</i>	-0,055	-0,319	-0,367	-4,989	4,369
<i>Item 1.1.8 - Pescado</i>	2,467	-0,233	0,901	3,705	3,309
<i>Item 1.1.9 - Carnes, peixes industrializados</i>	1,624	0,104	0,827	4,221	3,333
<i>Item 1.1.10 - Aves e ovos</i>	-0,928	-0,573	0,614	3,134	15,049
<i>Item 1.1.11 - Leite e derivados</i>	6,711	2,845	1,094	10,204	12,047
<i>Item 1.1.12 - Panificados</i>	0,610	0,440	-0,088	3,051	0,261
<i>Item 1.1.13 - Óleos e gorduras</i>	0,934	-0,072	1,445	0,097	10,499
<i>Item 1.1.14 - Bebidas e infusões</i>	0,261	-0,597	0,521	3,478	3,354
<i>Item 1.1.15 - Enlatados e conservas</i>	-0,485	-0,023	2,243	-0,024	-0,387
<i>Item 1.1.16 - Sal e condimentos</i>	0,632	1,146	1,445	2,391	0,664
<i>Item 1.1.17 - Alimentos prontos</i>	0,000	0,442	0,000	1,868	1,869
Subgrupo 1.2 - Alimentação fora do domicílio	0,061	-0,204	0,338	4,941	6,682
<i>Item 1.2.1 - Alimentação fora do domicílio</i>	0,061	-0,204	0,338	4,941	6,682

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 2 - Habitação

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 2 - Habitação	0,459	2,449	0,500	5,836	8,231
Subgrupo 2.1 - Encargos e manutenção	0,865	-0,185	-0,187	6,354	7,185
Item 2.1.1 - Aluguel e taxas	1,094	-0,097	0,059	7,633	8,896
Item 2.1.2 - Reparos	-0,472	-0,795	-4,164	-0,555	2,846
Item 2.1.3 - Artigos de limpeza	0,007	-0,472	-0,115	1,413	-1,195
Subgrupo 2.2 - Combustíveis domésticos e energia elétrica	0,008	5,370	1,262	5,132	9,236
Item 2.2.1 - Combustíveis (domésticos)	0,028	1,088	4,202	-1,076	2,379
Item 2.2.2 - Energia elétrica residencial	0,000	7,208	0,000	7,852	12,233

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 3 - Artigos de Residência

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 3 - Artigos de Residência	-0,837	0,590	-0,395	0,343	0,401
Subgrupo 3.1 - Móveis e utensílios	-0,001	-0,024	0,762	1,226	0,444
Item 3.1.1 - Mobiliário	-0,034	-0,119	0,739	1,045	-0,678
Item 3.1.2 - Utensílios e enfeites	-0,410	0,294	0,229	2,090	3,745
Item 3.1.3 - Cama, mesa e banho	1,060	-0,084	2,016	0,356	0,318
Subgrupo 3.2 - Aparelhos eletroeletrônicos	-1,474	1,055	-1,206	-0,399	-0,286
Item 3.2.1 - Eletrodomésticos e equipamentos	-0,687	-0,114	-0,838	-1,576	3,289
Item 3.2.2 - TV, som e informática	-2,407	2,442	-1,643	0,946	-4,600
Subgrupo 3.3 - Consertos e manutenção	0,000	0,000	0,002	1,883	7,383
Item 3.3.1 - Consertos e manutenção	0,000	0,000	0,002	1,883	7,383

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 4 - Vestuário

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 4 - Vestuário	-0,270	-0,491	-0,509	-0,362	-0,666
Subgrupo 4.1 - Roupas	-0,260	-0,602	-0,820	-0,208	-0,307
Item 4.1.1 - Roupa masculina	-0,582	-0,861	-1,944	-0,855	-0,233
Item 4.1.2 - Roupa feminina	-0,220	-0,457	0,588	0,757	1,168
Item 4.1.3 - Roupa infantil	0,103	-0,477	-1,456	-0,812	-2,656
Subgrupo 4.2 - Outros artigos de vestuário	-0,285	-0,328	-0,048	-0,595	-1,210
Item 4.2.1 - Calçados e acessórios	-0,390	-0,418	-0,158	-0,846	-1,610
Item 4.2.2 - Jóias e bijuterias	0,000	0,000	0,036	0,249	0,328
Item 4.2.3 - Tecidos e armarinho	0,063	-0,137	0,574	0,010	-0,477

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 5 - Transportes

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 5 - Transportes	-0,404	-0,289	-0,061	1,536	0,327
Subgrupo 5.1 - Transportes	-0,404	-0,289	-0,061	1,536	0,327
<i>Item 5.1.1 - Transporte público</i>	0,000	0,000	0,014	1,464	1,481
<i>Item 5.1.2 - Veículo próprio</i>	0,389	-0,018	-0,139	2,296	-0,256
<i>Item 5.1.3 - Combustíveis (veículos)</i>	-3,558	-2,086	-0,298	0,501	-4,409

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 6 - Saúde e Cuidados Pessoais

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 6 - Saúde e Cuidados Pessoais	0,401	-0,077	0,276	1,659	2,837
Subgrupo 6.1 - Produtos farmacêuticos e Óticos	0,675	-0,223	0,001	1,188	1,452
<i>Item 6.1.1 - Produtos farmacêuticos</i>	0,703	-0,234	0,016	1,196	1,453
<i>Item 6.1.2 - Óculos e lentes</i>	0,092	0,000	-0,309	1,009	1,390
Subgrupo 6.2 - Serviços de saúde	-0,083	-0,467	1,175	-0,569	4,686
<i>Item 6.2.1 - Serviços médicos e dentários</i>	-0,178	0,466	3,279	-0,220	1,251
<i>Item 6.2.2 - Serviços laboratoriais e hospitalares</i>	-0,226	-0,112	0,259	1,123	1,135
<i>Item 6.2.3 - Plano de saúde</i>	0,000	-1,112	0,000	-1,112	7,262
Subgrupo 6.3 - Cuidados pessoais	0,271	0,449	0,116	4,054	3,858
<i>Item 6.3.1 - Higiene pessoal</i>	0,271	0,449	0,116	4,054	3,858

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 7 - Despesas Pessoais

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 7 - Despesas Pessoais	0,337	3,325	0,701	3,987	5,951
Subgrupo 7.1 - Serviços pessoais	0,467	2,364	1,744	3,443	2,778
<i>Item 7.1.1 - Serviços pessoais</i>	0,467	2,364	1,744	3,443	2,778
Subgrupo 7.2 - Recreação, fumo e filmes	0,263	3,868	0,111	4,287	7,733
<i>Item 7.2.1 - Recreação</i>	0,279	1,848	0,185	1,220	1,228
<i>Item 7.2.2 - Fumo</i>	0,000	7,350	0,000	9,467	19,254
<i>Item 7.2.3 - Fotografia e filmagem</i>	2,351	-4,455	0,265	-6,718	-15,346

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 8 - Educação

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 8 - Educação	-0,018	0,132	-0,149	3,854	4,001
Subgrupo 8.1 - Educação	-0,018	0,132	-0,149	3,854	4,001
<i>Item 8.1.1 - Cursos</i>	-0,008	0,037	0,082	5,091	4,256
<i>Item 8.1.2 - Leitura</i>	0,058	0,389	-0,001	0,613	2,314
<i>Item 8.1.3 - Papelaria</i>	-0,206	0,430	-2,003	-0,289	4,259

Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

Grupo 9 - Comunicação

Grupos, Subgrupos e Itens - IPC/CEPES

Comparativo das Variações Simples Mensais e Acumuladas nos Últimos 12 Meses e no Ano

junho de 2007

Mês / Ano	Variações Simples			Variações Acumuladas	
	Mês atual	Mês anterior	Mês ano anterior	em 2007	Últimos 12 meses
	junho-07	maio-07	junho-06		
Grupo 9 - Comunicação	0,028	-0,008	-0,021	-0,010	-0,114
Subgrupo 9.1 - Comunicação	0,028	-0,008	-0,021	-0,010	-0,114
<i>Item 9.1.1 - Comunicação</i>	0,028	-0,008	-0,021	-0,010	-0,114

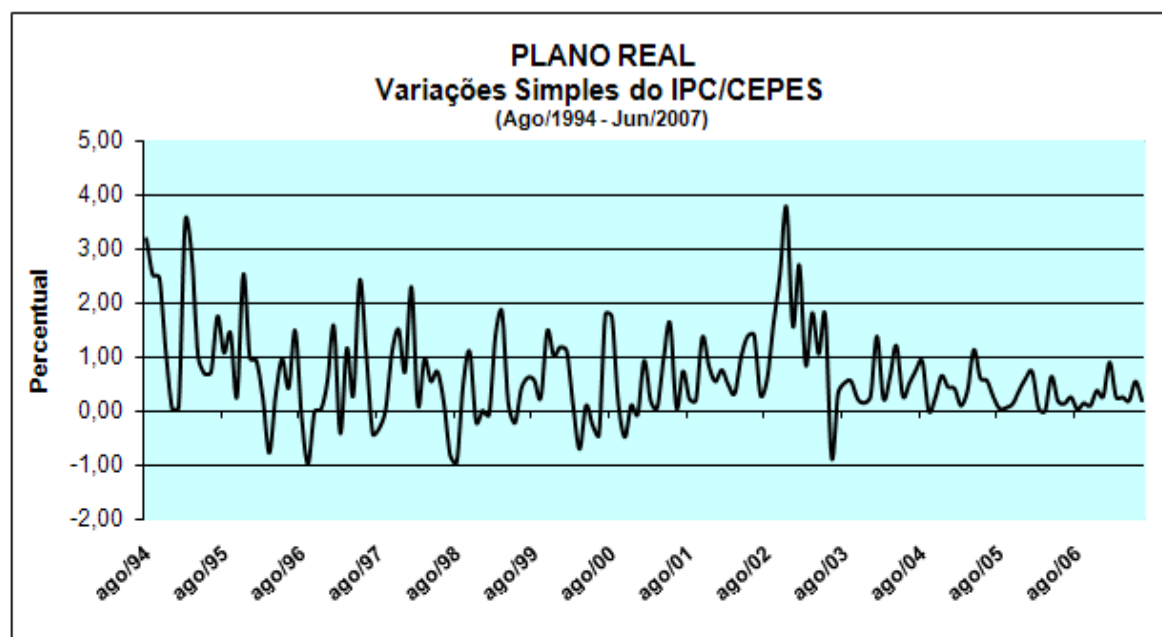
Fonte: Boletim IPC/CEPES, junho 2007. CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

IPC/CEPES – Plano Real

No dia 1º de julho de 1994, após um período de desindexação da economia através da URV, foi introduzida uma nova moeda no país, o real. A nova moeda veio acompanhada de uma âncora monetária (metas para a expansão monetária) que, junto com um sistema cambial de meia banda (que estabelecia um preço máximo para a taxa de câmbio - R\$1,00 = US\$ 1,00 – mas deixava o mercado livre para apreciar o real), resultou em uma acentuada sobrevalorização cambial, responsável por uma rápida queda na taxa de inflação, acompanhada de uma forte deterioração na balança comercial.

Após o contágio da crise mexicana no início de 1995, houve uma mudança de rota no Plano Real, quando o governo adotou um sistema de bandas cambiais, através do qual procurou executar um processo gradual e controlado de desvalorizações reais do câmbio. Finalmente, após um contínuo processo de especulação cambial, o real foi desvalorizado em janeiro de 1999, quando passou-se a adotar um regime de taxa de câmbio flutuante, acompanhado a seguir por um regime de metas de inflação. Para muitos analistas, o Plano Real acabou por ocasião da desvalorização cambial, devido ao fim da âncora cambial.

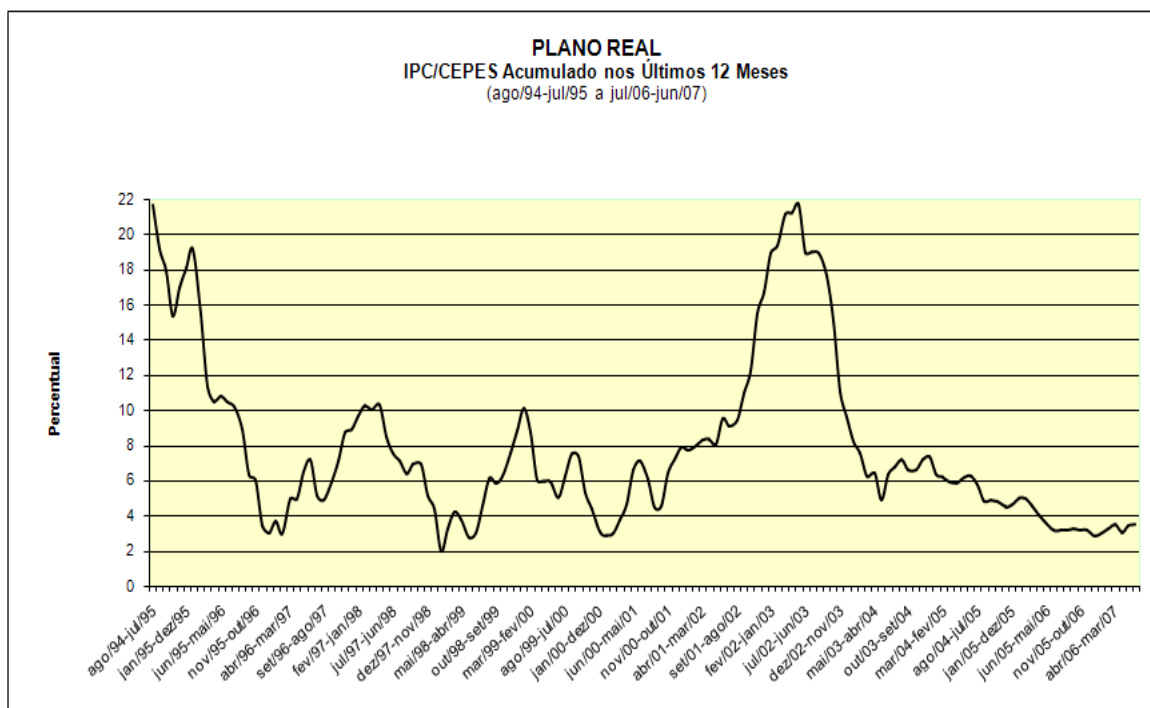
O Real foi bem sucedido? Do ponto de vista estrito da estabilidade de preços, a resposta é positiva. Em Uberlândia, saímos de um regime de alta inflação (com inflação que chegou a ultrapassar os 1.200% nos primeiros seis meses de 1994) para um ambiente de baixa inflação (2,86% no ano de 2006), em que pese o recente repique inflacionário, conforme pode ser observado na tabela a seguir.



ANO	MESES												Acumulado	
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	No Ano	No Real *
1994	48,94	37,96	42,27	48,39	42,91	55,68	26,30	3,17	2,50	2,46	1,09	0,03	1.235,52	9,56
1995	0,06	3,49	2,88	1,00	0,68	0,71	1,74	1,07	1,43	0,25	2,52	0,97	18,08	29,38
1996	0,93	0,24	-0,78	0,29	0,95	0,42	1,48	-0,10	-0,98	-0,02	0,02	0,54	3,00	33,26
1997	1,56	-0,42	1,15	0,28	2,41	1,06	-0,43	-0,33	0,01	1,08	1,50	0,72	8,89	45,11
1998	2,28	0,10	0,95	0,54	0,72	0,15	-0,83	-0,95	0,48	1,09	-0,21	0,00	4,36	51,44
1999	-0,08	1,39	1,83	0,11	-0,23	0,41	0,61	0,56	0,24	1,47	1,02	1,17	8,82	64,79
2000	1,11	0,10	-0,71	0,09	-0,26	-0,45	1,78	1,74	0,13	-0,49	0,10	-0,07	3,07	69,86
2001	0,92	0,18	0,05	0,95	1,61	0,05	0,73	0,21	0,19	1,36	0,83	0,54	7,87	83,23
2002	0,75	0,48	0,32	0,99	1,37	1,40	0,28	0,57	1,60	2,51	3,76	1,56	16,69	113,80
2003	2,69	0,84	1,80	1,05	1,76	-0,87	0,32	0,51	0,54	0,22	0,14	0,26	9,60	134,34
2004	1,37	0,22	0,61	1,20	0,27	0,50	0,74	0,91	0,00	0,23	0,64	0,44	7,34	151,55
2005	0,41	0,09	0,36	1,12	0,60	0,56	0,25	0,03	0,05	0,13	0,37	0,59	4,66	163,28
2006	0,72	0,05	-0,01	0,63	0,18	0,13	0,25	0,03	0,14	0,09	0,37	0,26	2,86	170,80
2007	0,89	0,25	0,25	0,18	0,54	0,19							2,31	177,06

Fonte: IPC/CEPES, CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

(*) Considerado início do Plano Real: Agosto de 1994



Mês/ Ano	fev/ant a jan/ano	mar/ant a fev/ano	abr/ant a mar/ano	mai/ant a abr/ano	jun/ant a mai/ano	jul/ant a jun/ano	ago/ant a jul/ano	set/ant a ago/ano	out/ant a set/ano	nov/ant a out/ano	dez/ant a nov/ano	jan/ano a dez/ano
1995	797,22	573,05	386,70	231,27	133,38	50,97	21,62	19,14	17,90	15,35	16,99	18,08
1996	19,11	15,37	11,27	10,48	10,78	10,46	10,18	8,90	6,32	6,03	3,44	3,00
1997	3,65	2,96	4,97	4,96	6,47	7,15	5,14	4,89	5,94	7,11	8,69	8,89
1998	9,66	10,23	10,01	10,30	8,48	7,50	7,07	6,40	6,91	6,92	5,11	4,36
1999	1,95	3,27	4,17	3,73	2,75	3,02	4,51	6,11	5,85	6,25	7,56	8,82
2000	10,11	8,71	6,00	5,98	5,94	5,04	6,26	7,50	7,39	5,31	4,35	3,07
2001	2,88	2,96	3,75	4,64	6,61	7,14	6,04	4,45	4,50	6,44	7,22	7,87
2002	7,69	8,00	8,29	8,34	8,08	9,54	9,05	9,44	10,98	12,25	15,51	16,69
2003	18,93	19,36	21,13	21,19	21,66	18,94	18,98	18,91	17,67	15,04	11,03	9,60
2004	8,20	7,54	6,27	6,43	4,87	6,32	6,76	7,19	6,61	6,62	7,15	7,34
2005	6,32	6,19	5,93	5,84	6,19	6,26	5,75	4,83	4,89	4,78	4,50	4,66
2006	4,99	4,94	4,56	4,04	3,61	3,17	3,16	3,15	3,24	3,20	3,20	2,86
2007	3,03	3,24	3,50	3,04	3,41	3,47						

Fonte: IPC/CEPES, CEPES/IEUFU - Uberlândia-MG.

(*) Considerado início do Plano Real: Agosto de 1994

2 - Cesta Básica, Salário Mínimo Necessário e Cesta de Consumo Familiar em Uberlândia

Marlene Marins de Camargos Borges

A partir do cálculo do IPC/CEPES, são também calculados e divulgados, mensalmente, a Cesta Básica, o Salário Mínimo Necessário e a Cesta de Consumo Familiar para a cidade de Uberlândia.

Por meio da evolução histórica dos resultados desses cálculos, comparados com o salário mínimo oficial, é possível avaliar as condições de vida dos trabalhadores e das famílias no município de Uberlândia, principalmente aqueles de baixa renda, cujo destino dos rendimentos se dá basicamente para o consumo de produtos de gêneros alimentícios essenciais.

Tabela 1 – Evolução da Cesta Básica, do Salário Mínimo Necessário, do Salário Mínimo Oficial e da Cesta de Consumo Familiar no período de 1990 a 2007

Ano	Cesta Básica (a)	Salário Mínimo Necessário (b)	Salário Mínimo Oficial (c)	Cesta Consumo Familiar (d)
	Valor Corrente	Valor Corrente	Valor Corrente	Valor Corrente
1990	7.535,93	62.834,32	8.836,82	25.121,76
1991	43.299,05	361.025,98	63.000,00	158.068,31
1992	590.639,18	4.924.728,96	522.186,94	2.097.373,43
1993	15.156,97	126.378,29	18.760,00	54.054,73
1994	89,71	747,97	70,00	263,37
1995	81,46	679,24	100,00	263,74
1996	70,41	586,58	112,00	222,47
1997	76,05	634,09	120,00	230,71
1998	85,85	715,84	130,00	258,41
1999	92,41	770,49	136,00	293,84
2000	95,90	799,57	151,00	308,54
2001	105,36	878,43	180,00	348,50
2002	132,40	1.103,96	200,00	445,17
2003	134,40	1.120,61	240,00	469,34
2004	147,77	1.232,06	260,00	504,65
2005	155,69	1.298,10	300,00	502,46
2006	154,03	1.515,31	350,00	522,02
2007	155,53	1.530,11	380,00	544,28

Fonte: CEPES/IEUFU

Valores referentes ao mês de dezembro. Apenas em 2007 os valores são referentes ao mês de junho.

De 1990 a 1992 - Valores em Cruzeiro (Cr\$). Em 1993 - valores em Cruzeiro Real (CR\$). A partir de 1994 - Valores em Reais (R\$).

(a) A partir do mês de novembro/2002, a Ração Essencial, calculada pelo CEPES/IEUFU, passou a receber a denominação de Cesta Básica, em substituição à denominação anterior de Ração Essencial. A mudança é apenas da nomenclatura, ou seja, o cálculo da Cesta Básica (Ração Essencial) se mantém como um indicador decorrente do Decreto-Lei nº. 399, de 30/04/38, que estabelece os produtos alimentares (e suas quantidades) que, em tese, um trabalhador que recebe salário mínimo, com uma jornada de trabalho de 220 horas mensais, necessita para sua sobrevivência. Ela é composta por 13 (treze) produtos alimentares (carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e margarina).

(b) O Salário Mínimo Necessário (SMN) é calculado tomando-se como referência o valor da Cesta Básica ajustado para uma família constituída por 2 adultos e 2 crianças (ou três adultos), considerando os gastos com outros itens de despesa (Educação,

Saúde, Transporte, Vestuário, etc.), de acordo com procedimento adotado pelo DIEESE.

(c) O Salário mínimo, de acordo com o preceito constitucional, é o salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

(d) O custo da cesta de consumo familiar é um levantamento feito pelo CEPES para avaliar o comportamento do poder de compra dos salários na aquisição de 45 produtos necessários a manutenção de uma família-padrão (3 adultos ou 2 adultos e 2 crianças).

3 - Custo Unitário Básico para Construção Civil (CUB/UDI)

Álvaro Fonseca e Silva Júnior

O CUB/Udi é um indicador calculado pelo CEPES/IEUFU em parceria com o SINDUSCON/TAP. Ao SINDUSCON cabe o contato com as construtoras que fornecem o custo de seus insumos. O CEPES faz a crítica dos dados e repassa as inconsistências ao SINDUSCON para checagem de sua procedência junto às fontes. Sanadas todas as dúvidas, o CEPES procede, então, o cálculo do indicador e elabora o relatório final que é repassado ao SINDUSCON para divulgação.

Deve ser salientado que o CUB não é um índice de preços ao consumidor final pois é calculado a partir dos custos de construtoras e não dos preços de venda no varejo. Refere-se aos custos unitários básicos de construção (m²), calculado conforme a lei 4.591 (art.54) ao disposto na NBR-12721 da ABNT, com insumos ajustados conforme o SINDUSCON-MG para projeto comercial. Na formação destes custos unitários básicos não são considerados os seguintes itens, que deverão ser levados em conta na determinação dos preços por m² de construção, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações especiais, elevadores, instalações de incêndio, ar condicionado, calefação, telefone interno, fogões, aquecedores, "playgrounds", equipamentos de garagem, etc; obras complementares de terraplanagem, urbanização, recreação, ajardinamento, ligações de serviços públicos, etc; despesas com instalação, funcionamento e regulamentação de condomínio, além de outros serviços especiais; impostos e taxas, projetos incluindo despesas com corretagem e publicidade, entre outros.

O tipo de edificação-padrão para definição do CUB/M² é o "residencial" de oito pavimentos (H8), dois (2) quartos e acabamento "normal"(N) - H82N. O CUB/Udi é utilizado pelo INSS no cálculo de suas taxas referentes à construção civil e Prefeitura Municipal para cálculo do ISS. É utilizado também pelas construtoras

como base comparativa. Foi empregado ainda no cálculo do pagamento das desapropriações realizadas na cidade de Nova Ponte durante a construção da represa de Miranda.

Anos	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
Meses	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
JAN	372,91	1,30	401,80	0,82	457,36	0,74	527,29	1,84	612,67	0,16	677,69	0,76	713,97	0,06
FEV	377,67	1,28	401,62	0,04	458,34	0,21	532,44	0,98	613,26	0,10	679,88	0,32	713,09	0,12
MAR	379,54	0,49	402,19	0,14	461,85	0,76	542,29	1,85	617,82	0,74	681,86	0,29	713,37	0,04
ABR	380,00	0,12	405,52	0,83	473,80	2,59	546,50	0,78	620,35	0,41	658,06	0,47	713,85	0,07
MAI	380,14	0,04	408,78	0,81	478,97	1,09	513,29	12,22	648,51	4,54	709,67	3,59	713,31	0,08
JUN	380,66	0,14	409,29	0,13	479,11	0,03	607,99	-0,86	649,94	0,22	710,48	0,11	729,21	2,23
JUL	382,09	0,38	409,47	0,04	481,24	0,44	613,07	0,84	652,80	0,44	713,56	0,43	729,43	0,03
AGO	382,90	0,21	423,36	0,95	488,19	1,45	608,43	-0,76	656,86	0,62	713,70	0,02	729,72	0,04
SET	396,85	3,64	450,31	8,94	488,36	0,03	610,86	0,40	659,34	0,38	713,97	0,04	730,45	0,10
OUT	396,23	0,16	452,73	0,54	497,81	1,94	611,15	0,05	663,69	0,51	714,16	0,03	730,55	0,01
NOV	398,54	0,58	452,90	0,04	517,47	3,95	611,36	0,04	668,71	0,91	714,26	0,01	732,57	0,28
DEZ	398,54	0,00	454,01	0,25	517,78	0,06	611,70	0,05	672,59	0,58	714,40	0,02	734,54	0,27

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

1 – Produto Interno Bruto (PIB)

André Luiz Teles Rodrigues

Durval Perin

O PIB é o indicador que exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtivas. O PIB municipal é calculado semelhantemente, dentro das fronteiras do município abordado.

Segundo o IBGE¹, em artigo publicado em dezembro de 2006:

“O PIB dos Municípios mostra que, em 2004, foi mantida a concentração em relação à produção de riquezas no país: em 1999, sete municípios somavam 25% do PIB nacional; cinco anos depois, a mesma fatia era dividida por dez municípios. Da mesma forma, continua o processo de perda de peso das capitais na produção de riquezas, em detrimento dos demais municípios das suas regiões metropolitanas e daqueles fora dos grandes centros urbanos”.

De acordo com este artigo, na região Sudeste, em 2004, 49,4% do PIB do país estava fora do entorno dos grandes centros urbanos. Os cinco maiores PIB da região foram: Campos de Goytacazes (RJ), Macaé (RJ), São José dos Campos (SP), Sorocaba (SP) e Uberlândia (MG).

No Estado de Minas Gerais, Uberlândia é um dos principais municípios geradores de renda, sendo que, em 2003, ficou em 3º (terceiro) lugar e, nos anos anteriores (1999 – 2002), ficou em 4º (quarto) lugar perdendo apenas para Belo Horizonte, Betim e Contagem. Em 2004, ocupou o 4º (quarto) lugar. Ver tabela 1.

¹ www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>acesso em 13/07/07.

O PIB de Uberlândia apresentou um crescimento de 77,21%, no período de 1999 a 2004. O PIB de Minas Gerais, neste mesmo período, cresceu 77,61%, e o PIB do Brasil apresentou um crescimento de 81,41%.

Tabela 1

Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (em R\$ 1.000,00)

Uberlândia, Minas Gerais, Sudeste, e Brasil – 1999 a 2005

Anos	Uberlândia	Minas Gerais	Sudeste	Brasil
1999	4.460.554	93.748.370	567.221.454	973.845.470
2000	5.265.292	106.168.725	636.394.495	1.101.254.907
2001	5.560.741	113.529.800	684.730.535	1.198.736.188
2002	6.226.439	125.388.846	758.374.273	1.346.027.825
2003	7.485.592	144.544.822	858.723.000	1.556.182.000
2004	7.904.609	166.510.000	970.244.552	1.766.621.000
2005	nd	nd	nd	1.937.598.000

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Contas Nacionais
Elaboração: CEPES/IE/UFU

Dentre os três setores que formam o PIB local, os que mais se destacaram foram o industrial e o de serviços, com superioridade do segundo em relação ao primeiro. Em 1999, o setor de serviços apresentava uma participação de 51,21% no PIB Total e o industrial, 31,89%. Já em 2000, o setor de serviços caiu para 48,02% e o industrial apresentou participação de 37,79%. Em 2002, o setor de serviços apresentou uma participação de 49,80% e o setor industrial, de 36,69%. Em 2003, a participação do setor de serviços caiu para 46,48% e o industrial para 38,70%. No ano de 2004, ocorre uma reversão entre estes dois setores. O setor de serviços passa para 48,08% e a indústria cai para 36,58%, mas o destaque fica para o crescimento do setor agropecuário que apresentou percentuais de 3,52% no ano de 2003, e passa para um percentual de 4,62% em 2004 (Ver tabela 2 e Figura1).

Tabela 2

Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo setores de atividade econômica de Uberlândia (em R\$ 1.000,00) – 1999 a 2004

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Outros	Total
1999	174.247,00	1.422.416,00	2.284.283,00	579.608,00	4.460.544,00
2000	159.450,39	1.988.603,83	2.528.696,32	588.541,46	5.265.292,00
2001	215.482,00	1.909.794,00	2.767.840,00	667.625,00	5.560.741,00
2002	228.371,00	2.283.798,00	3.100.875,00	613.395,00	6.226.439,00
2003	263.840,00	2.896.533,00	3.479.413,00	845.806,00	7.485.592,00
2004	365.223,00	2.891.595,00	3.800.764,00	847.027,00	7.904.609,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Contas Nacionais
Elaboração: CEPES/IE/UFU

O PIB per capita é a quantia em reais que cada habitante receberia caso o PIB fosse dividido igualmente entre toda a população. O PIB per capita de Uberlândia, no período abordado acima, é superior ao do Estado de Minas Gerais e ao do Brasil, apresentando um crescimento à média de 8,46% ao ano. Ver Tabela 3.

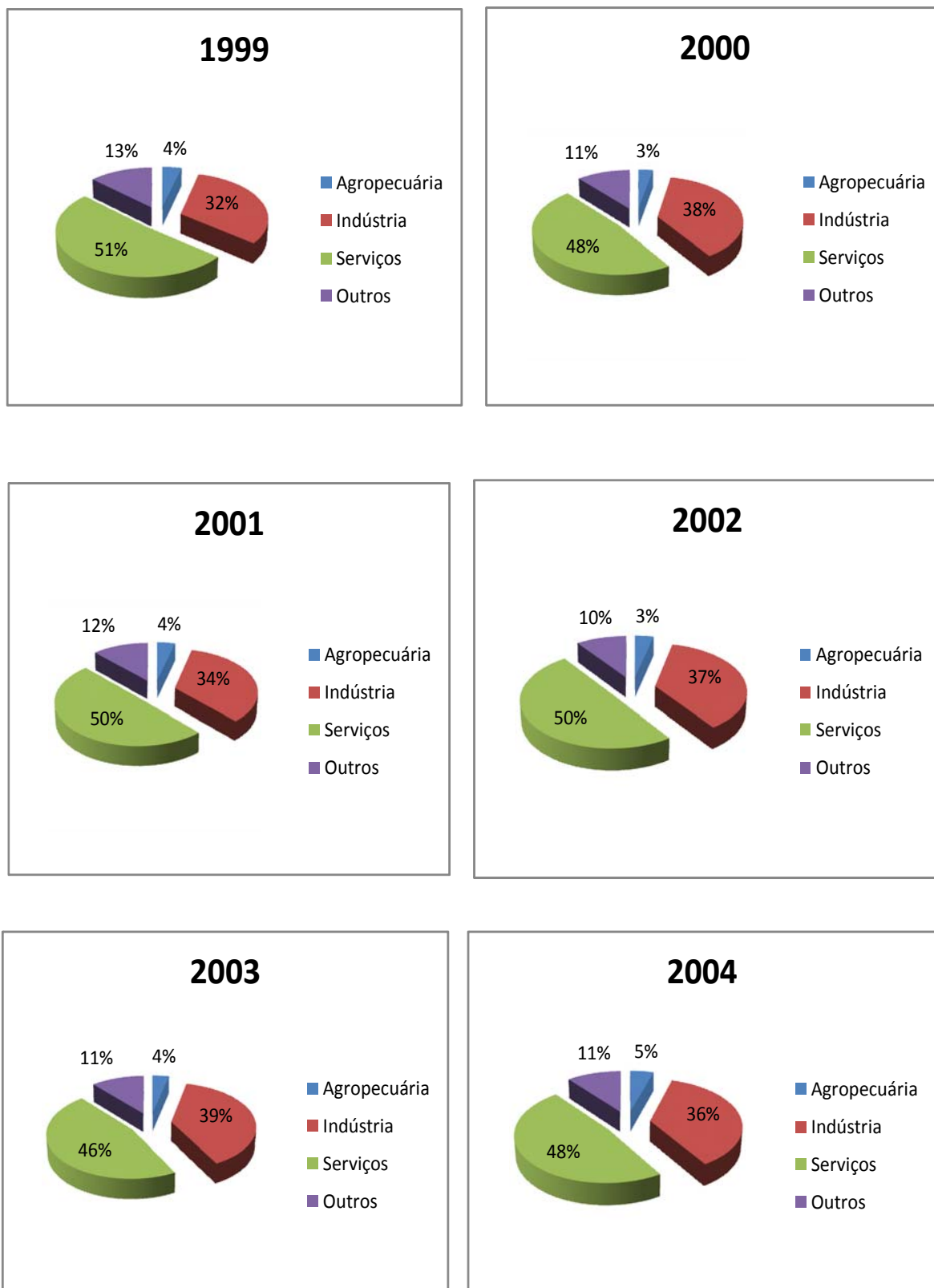
Tabela 3

*PIB per capita a preços correntes (em R\$ 1.000,00)
Uberlândia, Minas Gerais, Sudeste e Brasil – 1999 a 2004*

Anos	Uberlândia	Minas Gerais	Sudeste	Brasil
1999	9.009,00	5.269,00	7.881,12	5.770,80
2000	10.327,00	5.888,00	8.713,46	6.429,56
2001	10.598,00	6.215,00	9.239,88	6.896,34
2002	11.537,00	6.775,00	10.086,43	7.630,93
2003	13.490,00	7.709,00	11.257,00	8.694,48
2004	13.867,00	8.766,56	12.540,00	9.743,05

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Contas Nacionais
Elaboração: CEPES/IE/UFU

Figura 1
Participação dos setores econômicos no PIB de Uberlândia (MG)
1999 a 2004



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação Contas Nacionais.

Elaboração: CEPES/IEUFU.

2 – Indicadores de Desenvolvimento Social

André Luiz Teles Rodrigues

Durval Perin

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbud ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen com a finalidade de medir o nível de desenvolvimento humano de um determinado país. Apesar de muito criticado, este índice obteve grande sucesso, pois foi o primeiro indicador a incorporar alguma medida de desenvolvimento que não considera apenas a dimensão econômica de uma nação, incluindo também, ainda que limitadamente, a dimensão humana. Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida sintética do desenvolvimento humano de um país, porém possui suas limitações e não abrange todos os aspectos importantes que refletem o desenvolvimento de uma determinada localidade. Ademais, é importante frisar que este indicador não é uma representação da “felicidade” das pessoas, e nem indica “o melhor lugar do mundo para se viver”.

O IDH abrange três grandes dimensões básicas: i) dimensão educação; ii) dimensão longevidade, e iii) dimensão renda. Cada uma destas dimensões irá fornecer um índice, que varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano da localidade em questão. E a partir de uma média simples dos índices das três dimensões citadas acima, origina-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De acordo com as tabelas abaixo, percebe-se que Uberlândia apresentou uma melhoria nas condições de vida com base no IDH, pois entre 1970 e 2000 este índice cresceu 0,263 p.p. Se comparado com o índice do estado de Minas Gerais e do Brasil, Uberlândia também tem o indicador superior.

Contraditoriamente, no ranking do estado, a situação da cidade não é tão satisfatória assim, pois em 1991 ocupava a 3ª posição e passou para a 7ª posição em 2000. A mesma situação se dá no *ranking* do país, no qual passou de 76ª para 134ª posição..

Tabela 1 – Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano de Uberlândia (MG) com o Estado de Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000

Índice	Município de Uberlândia				Estado	Brasil
	1970	1980	1991	2000	2000	2000
Total	0,567	0,746	0,777	0,830	0,766	0,757
Renda	0,587	0,954	0,726	0,768	0,711	0,720
Longevidade	0,490	0,600	0,758	0,802	0,736	0,710
Educação	0,625	0,683	0,848	0,920	0,850	0,830
Ranking no Brasil			76°	134°	11°	-
Ranking no Estado	3°	1°	3°	7°	-	-

Fonte: IPEA, Ministério do Planejamento.
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 2 – Evolução dos indicadores componentes do IDH-M de Uberlândia (MG) – 1970, 1980, 1991 e 2000

Componentes do IDHM	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,567	0,746	0,778	0,83
Esperança de vida ao nascer (em anos)	54,38	61,01	70,45	73,11
Taxa de alfabetização de adultos (%)			91,5	94,55
Taxa bruta de frequência escolar (%)			71,31	86,97
Renda per capita (em R\$ de 2000)			306,29	389,32
Índice de longevidade (IDHM-L)	0,490	0,600	0,758	0,802
Índice de educação (IDHM-E)	0,625	0,683	0,848	0,920
Índice de renda (IDHM-R)	0,587	0,954	0,728	0,768
Classificação em Minas Gerais			3	7
Classificação no Brasil			73	131

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 3 - Indicadores de pobreza de Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Indicadores de Pobreza	Ano	
	1991	2000
% de indigentes	3,15	3,91
% de pobres	14,13	12,77
Intensidade da indigência	31,85	60,34
Intensidade da pobreza	32,76	37,70

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000
Elaboração CEPES/IE-UFU

**Tabela 4 - Indicadores do nível e composição da renda
Uberlândia (MG) - 1991 e 2000**

Indicadores do nível e composição de renda	Ano	
	1991	2000
Renda per Capita	306,29	389,32
% da renda proveniente de transferências governamentais	6,09	10,59
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	88,80	77,28
% de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais	3,92	7,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 5 - Percentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população de Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Apropriação de renda por faixas da população	Ano	
	1991	2000
% da renda apropriada pelos 20% mais pobres	3,99	3,27
% da renda apropriada pelos 40% mais pobres	11,64	10,24
% da renda apropriada pelos 60% mais pobres	23,23	20,94
% da renda apropriada pelos 80% mais pobres	41,72	38,57
% da renda apropriada pelos 20% mais ricos	58,28	61,43
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	42,77	45,82

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 6 - Indicadores sintéticos de desigualdade de renda de Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Indicadores de desigualdade de renda	Ano	
	1991	2000
10 % mais ricos / 40 % mais pobres	14,70	17,91
20 % mais ricos / 40 % mais pobres	10,01	12,00
Índice de Gini	0,53	0,56
Índice de Theil	0,49	0,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 7 - Nível de renda domiciliar por extrato da população em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Nível de renda domiciliar por extrato da população	Ano	
	1991	2000
Renda per capita média do 1º quinto mais pobre	61,17	63,63
Renda per capita média do 2º quinto mais pobre	117,14	135,62
Renda per capita média do 3º quinto mais pobre	177,46	208,41
Renda per capita média do 4º quinto mais pobre	283,12	343,15
Renda per capita média do quinto mais rico	892,57	1195,78
Renda per capita média do decimo mais rico	1310,13	1783,78

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 8 - Indicadores de vulnerabilidade familiar em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Indicadores de vulnerabilidade familiar	Ano	
	1991	2000
% de pessoas de 65 anos ou mais morando sozinhas	9,80	14,16
% de pessoas em famílias com razão de dependência maior que 75%	43,33	35,71
% de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	7,08	4,85
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	...	0,28
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	5,92	7,02
% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	9,47	16,12
% de pobres	14,13	12,77
% de crianças indigentes	4,82	6,19
% de crianças pobres	19,90	19,79
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	...	41,11
% de crianças de 5 a 6 anos fora da escola	51,27	19,68
% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola	8,69	2,72
% de crianças de 10 a 14 anos fora da escola	9,15	4,09
% de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	35,09	3,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 9 - Indicadores de potencial de atendimento qualificado de serviços prioritários em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Potencial de atendimento qualificado de serviços prioritários	Ano	
	1991	2000
% de enfermeiros com curso superior	5,62	8,34
Número de médicos por 1000 habitantes	1,76	1,93
% de professores do fundamental com curso superior	45,18	48,59

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IE-UFU

Tabela 10 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso a bens de consumo em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Percentual de pessoas com acesso a bens de consumo	Ano	
	1991	2000
% de pessoas que vivem em domicílios com TV	90,31	95,77
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	40,94	63,64
% de pessoas que vivem em domicílios com carro	32,75	47,90
% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira	87,40	95,80
% de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos itens anteriores	47,25	70,58
% de pessoas que vivem em domicílios com computador	...	15,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IE-UFU e:

3 - Mercado de Trabalho em Uberlândia

Marlene Marins de Camargos Borges

3.1 - Evolução do Emprego Formal (1994-2005)

As informações apresentadas sobre o mercado de trabalho formal no município de Uberlândia – MG foram tabuladas utilizando as informações da base de dados RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego. Cabe salientar que, embora estas informações constantes no painel considerem apenas os anos entre 1994 e 2005, é possível obter as mesmas informações a partir de 1985.

Conforme demonstrado nas tabelas², os dados permitem uma análise, ao longo do período, da evolução do número de estabelecimentos com vínculos empregatícios, da evolução do emprego formal por setor de atividade, do comportamento de algumas variáveis de perfil do empregado como: escolaridade, sexo, faixa etária, e também uma análise da remuneração média destes trabalhadores nos últimos anos.

Quando se analisa os dados sobre o número de estabelecimentos por número de empregados, ao longo do período 1994-2005, verifica-se um aumento no número de estabelecimentos em 90,90%, com uma taxa média de crescimento anual de 5,54%, e também uma tendência de crescimento da participação principalmente dos estabelecimentos de pequeno porte, ou seja, daqueles que possuem até 4 empregados. Neste sentido, observa-se que 98,49% dos estabelecimentos, em 1994, tinham até 99 empregados, sendo que a maioria (68,94%) se enquadrava como pequenos estabelecimentos (até 4 empregados). Já no ano 2005, há uma pequena variação da participação dos estabelecimentos que tinham até 99 empregados, passando para 98,77%, e também um pequena queda da participação relativa dos estabelecimentos de pequeno porte, passando para 68,92% (Tabela 1).

²As informações se referem ao mercado de trabalho formal em 31/12.

Neste período de 1994 a 2005, observa-se que o emprego formal no município cresceu 62,09%, com aumento de postos de trabalho formal principalmente nos setores da indústria, comércio e serviços, o que contribuiu para o registro de uma taxa média de crescimento anual de 4,11%. Nos setores do comércio, da indústria, dos serviços e da agropecuária houve aumento relativo da participação na geração de empregos formais, com destaque para o setor serviços, pois além de concentrar o maior número de empregados ao longo do período, também apresenta um crescimento de 126,0% na geração empregos ao longo do período analisado, configurando uma taxa de crescimento médio anual de 7,04%. Porém, no setor da construção civil o que se observa é uma redução relativa de postos de trabalho formal no período.

Além de se verificar uma grande participação do setor serviço na geração de postos de trabalho formal no município, os dados permitem apurar um acréscimo na sua participação relativa, em relação ao total de empregados no ano, passando de 35,02% em 1994 para 48,89% em 2005. Já os setores da construção civil e da agropecuária se destacam ao apresentar uma queda de participação relativa na geração de postos de trabalho, em relação ao total de empregados no ano, passando de 8,61% e 6,74%, em 1994, para 4,39% e 4,81% em 2005, respectivamente (ver Gráfico 1 e Tabela 2).

Com relação às variáveis de perfil do empregado, os dados indicam que o nível de escolaridade do trabalhador em Uberlândia tem crescido, quando se verifica que há uma queda da participação dos empregados sem nenhuma escolaridade (analfabetos) e que freqüentam ou já concluíram as séries do primeiro grau, passando de 61,05%, em 1994, para 37,42% em 2005. Conseqüentemente, há um aumento relativo dos empregados com segundo grau (completo e incompleto) e dos de nível superior, cuja participação passa de 25,58% e 12,69%, em 1994, para 44,85% e 17,73% em 2005, respectivamente (ver Tabela 3).

Na análise da faixa etária dos empregados formais, observa-se que há uma queda relativa de empregos gerados para a faixa de idade até 24 anos, quando a sua participação relativa no total de empregos passa de 25,88%, em 1994, para 22,89% em 2005. Conseqüentemente, há um pequeno aumento da participação dos empregados na faixa etária de 25 a 49 anos e na de 50 anos ou mais (passando de

66,08% e 7,66%, em 1994, para 67,20% e 9,91% em 2005, respectivamente), o que demonstra uma queda na participação relativa dos jovens no total dos empregos formais gerados (ver Tabela 4).

Ao considerar os empregos formais segundo o sexo, nota-se que o período também se caracteriza pelo aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, quando a participação relativa das mulheres passa de 32,46%, em 1994, para 38,66% em 2005, configurando uma taxa de crescimento médio de 5,99% no período. Conseqüentemente, verifica-se uma queda relativa da participação dos homens, passando de 67,54%, em 1994, para 61,34% em 2005 (ver Tabela 5).

Finalmente, quando se analisa o empregado segundo faixa de remuneração média, destaca-se que a maioria dos empregados formais se encontra recebendo até três salários mínimos e que o aumento da concentração de empregados nesta faixa de remuneração é crescente. Em 1994, 52,89% do total dos empregados formais recebiam até três salários mínimos e, em 2005, passam a ser 72,60%, evidenciando, pelo lado da renda, uma precarização do mercado de trabalho (ver Tabela 6). Além disso, os dados também permitem uma análise sobre a remuneração média, em salários mínimos, dos empregados e apontam que, nos últimos anos, houve queda na remuneração média, ou seja, enquanto em 1994 os empregados recebiam em média 5,78 salários mínimos, chegando a receber até 5,91 salários em média no ano de 1995, em 2005 esta remuneração caiu para 3,10 salários mínimos (ver Tabela 7).

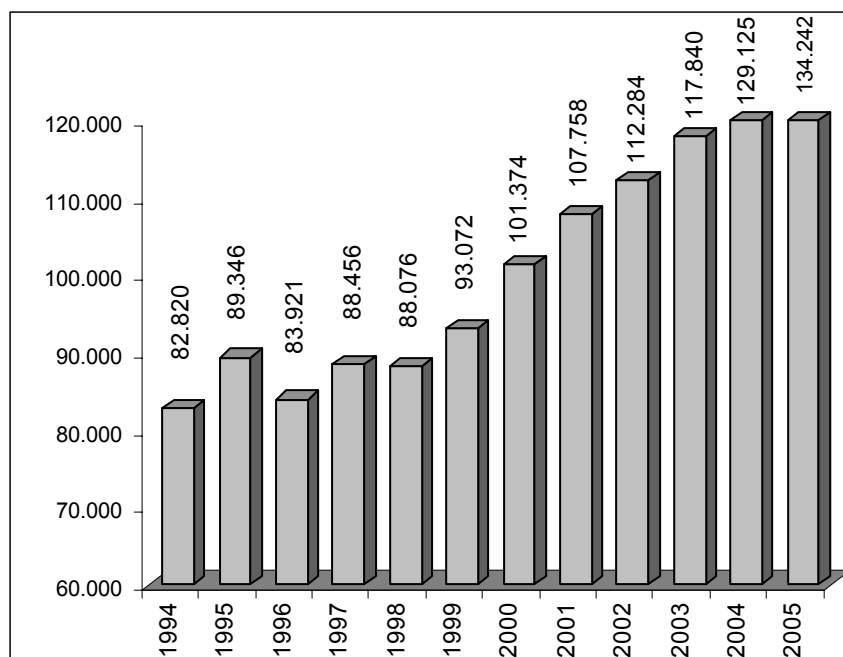
Tabela 1 - Número de estabelecimentos segundo o número de empregados formais – 1994 a 2005'

Núm. Emp.	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
0 Empr.	986	1.294	1.374	1.452	1.507	1.654	1.693	1.791	1.846	2.000	1.811	1.821
Ate 4 Empr.	3.712	4.493	4.618	5.013	5.367	5.766	6.011	6.295	6.716	6.923	6.916	7.145
De 5 a 9	969	1.104	1.137	1.283	1.440	1.525	1.657	1.701	1.807	1.888	1.960	2.009
De 10 a 19	587	613	665	724	786	819	880	912	958	974	1.078	1.139
De 20 a 49	327	354	358	366	377	400	473	492	492	490	536	572
De 50 a 99	131	116	112	116	125	121	121	130	149	153	141	163
De 100 a 249	64	68	75	84	75	76	86	78	80	65	90	100
De 250 a 499	20	16	15	20	20	16	19	24	32	37	33	37
De 500 a 999	13	11	7	7	12	13	11	11	9	10	12	11
1000 ou Mais	6	6	7	6	6	10	11	12	12	11	13	12
Total	6.815	8.075	8.368	9.071	9.715	10.400	10.962	11.446	12.101	12.551	12.590	13.009

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Elaboração CEPES/ IEUFU

Gráfico 1 - Empregados formais em 31/12 – 1994 a 2005



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Elaboração CEPES/ IEUFU

Tabela 2 - Empregados formais em 31/12 segundo grande setor de atividade - 1994 a 2005

Grande Setor	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Indústria	13.442	12.760	13.610	14.978	14.659	14.663	15.490	14.315	19.328	18.375	23.803	21.772
Constr. Civil	7.136	7.180	6.581	5.998	6.741	6.237	6.537	5.955	5.937	5.148	4.824	5.893
Comércio	20.872	20.950	21.206	21.840	21.108	22.182	26.925	25.759	26.935	29.206	33.019	34.491
Serviços	29.002	43.373	36.849	39.333	39.679	43.688	46.953	54.724	52.809	60.045	62.781	65.628
Agropecuária	5.578	4.350	5.531	6.243	5.849	6.302	5.469	7.005	7.275	5.066	4.698	6.458
Outros	6.790	733	144	52	19	0	0	0	0	0	0	0
Total	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840	129.125	134.242

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Elaboração CEPES/ IEUFU

Tabela 3 - Empregados formais em 31/12 segundo grau de escolaridade - 1994 a 2005

Escolaridade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Analfabeto	1.095	1.098	1.124	1.048	970	853	813	855	1.027	573	444	560
4ª Série Incomp.	7.253	7.914	6.970	6.710	5.813	5.276	4.954	4.893	4.925	4.767	5.095	4.959
4ª Série Comp.	11.002	10.056	12.064	11.357	10.312	9.205	9.350	8.734	8.336	7.035	6.715	6.761
8ª Série Incomp.	19.248	20.246	20.403	21.886	21.022	20.432	20.634	20.457	20.517	18.304	17.937	17.917
8ª Série Comp.	12.337	11.994	12.368	13.372	13.336	14.281	17.103	17.037	17.629	18.052	19.167	20.033
2º Grau Incomp.	8.765	9.805	8.572	9.645	10.220	11.600	13.074	13.149	14.512	14.126	15.774	16.447
2º Grau Comp.	12.420	13.519	12.875	14.654	15.770	19.229	22.230	26.179	29.083	34.480	41.085	43.764
Superior Incomp.	3.135	4.345	2.993	3.429	3.484	4.403	4.982	5.336	5.495	5.497	6.223	6.642
Superior Comp.	7.375	9.658	5.859	6.341	7.095	7.793	8.234	11.118	10.760	15.006	16.685	17.159
Ignorado	190	711	693	14	54	0	0	0	0	0	0	0
Total	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840	129.125	134.242

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
Elaboração CEPES/ IEUFU

Tabela 4 - Empregados formais em 31/12 segundo faixa etária - 1994 a 2005

Faixa Etária	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Até 17	3.247	3.411	3.036	3.002	2.857	2.421	2.336	2.186	2.055	1.967	1.984	2.056
18 A 24	18.188	18.459	18.817	19.953	19.952	21.567	23.722	24.070	26.021	26.489	28.727	28.671
25 A 29	15.865	16.021	16.212	17.109	16.628	17.471	18.780	19.019	21.002	21.061	23.690	24.792
30 A 39	25.401	27.804	26.170	27.578	27.427	28.756	31.476	32.532	34.023	34.434	37.270	38.471
40 A 49	13.462	15.916	13.357	14.206	14.411	15.681	17.230	20.425	20.003	22.927	25.314	26.950
50 A 64	5.926	6.719	5.756	6.016	6.253	6.646	7.309	8.944	8.591	10.338	11.512	12.604
65 OU MAIS	425	507	473	512	518	510	509	563	558	623	627	698
IGNORADO	306	509	100	80	30	20	12	19	31	1	1	0
Total	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840	129.125	134.242

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
Elaboração CEPES/ IEUFU

Tabela 5 - Empregados formais em 31/12 segundo sexo - 1994 a 2005

Sexo	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Masculino	55.940	58.846	56.061	58.783	57.376	59.816	65.399	67.372	70.684	71.914	78.147	82.341
% Masc.	67,54	65,86	66,80	66,45	65,14	64,27	64,51	62,52	62,95	61,03	60,52	61,34
Feminino	26.880	30.500	27.860	29.673	30.700	33.256	35.975	40.386	41.600	45.926	50.978	51.901
% Fem.	32,46	34,14	33,20	33,55	34,86	35,73	35,49	37,48	37,05	38,97	39,48	38,66
Total	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840	129.125	134.242

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
Elaboração CEPES/ IEUFU

Tabela 6 - Empregados formais em 31/12 segundo faixa de remuneração média mensal em salário mínimo – 1994 a 2005

Faixa Remun.	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ATE 0,50	27	139	46	86	83	81	76	174	250	282	483	465
0,51 a 1,00	1.722	1.982	1.720	1.883	2.217	1.737	1.912	2.058	2295	3144	3.980	3.617
1,01 a 3,00	40.061	38.541	40.697	44.715	48.772	53.753	60.657	66.210	75978	79899	83.122	93.376
Sub- Total	43.804	42.657	44.459	48.681	53.070	57.570	64.645	70.443	80.525	85.328	87.585	97.458
3,01 a 5,00	16.835	18.152	19.189	19.498	17.907	18.434	18.986	18.845	18028	17981	20.414	19.342
5,01 a 7,00	8.186	9.829	7.965	8.347	7.461	7.800	8.024	7.982	6350	6623	7.344	6.704
7,01 a 10,00	6.514	8.513	6.597	6.111	5.075	4.833	4.948	5.059	3901	3874	4.338	4.290
10,01 a 15,00	3.946	5.362	3.687	3.863	3.117	3.051	2.953	3.201	2757	2880	3.204	2.857
MAIS DE 15,01	4.590	6.068	3.707	3.650	3.247	3.207	3.429	4.144	2530	3001	3.498	2.850
IGNORADO	939	760	313	303	197	176	389	85	195	156	2.742	741
Total	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840	129.125	134.242

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
Elaboração CEPES/ IEUFU

Tabela 7 - Remuneração média em salários mínimos dos empregados formais em 31/12 – 1994 a 2005

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Massa salarial	478.415	528.405	408.512	410.078	379.197	388.909	413.805	431.536	375.496	390.251	434.391	415.942
Total Emp.	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840	129.125	134.242
Remun. média	5,78	5,91	4,87	4,64	4,31	4,18	4,08	4,00	3,34	3,31	3,36	3,10

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
Elaboração CEPES/ IEUFU

3.2 - População e Mercado de Trabalho Formal e Informal

Os dados apresentados, nesta seção, foram tabulados utilizando informações do Relatório de Pesquisa “Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia”³ e também dados obtidos junto a outros institutos de pesquisas, ora citados nas tabulações. Através destas bases de dados é possível analisar algumas informações sobre população e mercado de trabalho de forma geral (formal e informal), com destaque para os dados de população ocupada, desocupada e taxa de desemprego, para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2001.

Quando se compara os empregos gerados no mercado de trabalho formal, a população total ocupada e a PEA (população economicamente ativa), verifica-se que, mesmo havendo um crescimento das ocupações formais (58,22% no período de 1990 a 2001) superior ao crescimento da PEA (36,26% entre os anos de 1991 e 2001), a quantidade de postos de trabalho formais e informais ainda é insuficiente para atender essa população economicamente ativa. Ou seja, considerando que no município, em 2001, a PEA era de 229.668 pessoas e que a taxa de desemprego era de 12,42%, verifica-se que apenas 56,6% do total da população ocupada ocupavam postos de trabalho formais e 46,42% dos empregados no município atuavam no mercado de trabalho informal, evidenciando o lado precário do mercado de trabalho (ver Tabela 8).

Ao considerar a distribuição da população ocupada por faixas de rendimentos (em salários mínimos), destaca-se uma situação de baixos rendimentos quando a maioria desta população (59,5%), incluindo trabalhadores formais e informais, se encontra recebendo até três salários mínimos (ver Tabela 9).

³ CEPES (2001). **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia**. Uberlândia-MG: IE, CEPES/UFU, novembro, 2001.

Tabela 8 - População e mercado de trabalho

	1970	1980	1991	2001
População Economicamente Ativa - PEA (a)	40.527	100.716	168.542	229.668
População Não Economicamente Ativa - PNEA (b)	51.926	84.656	122.707	118.833
População em Idade Ativa - PIA (c)	92.453	185.372	291.249	348.501
População Não em Idade Ativa - PNIA (d)	32.135	55.595	75.813	155.064
População Ocupada - PO (e)	-	98.553	163.154	201.139
População Desocupada - PD (f)	-	2.163	5.388	28.529
Tx Desocupação Aberta(%) (g)	-	2,14	3,20	12,42
População Residente Total	124.588	240.967	367.062	503.565

Fonte: Anos de 1970, 1980 e 1991 - Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ano de 2001 - Relatório de Pesquisa das Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/ IEUFU, 2001.

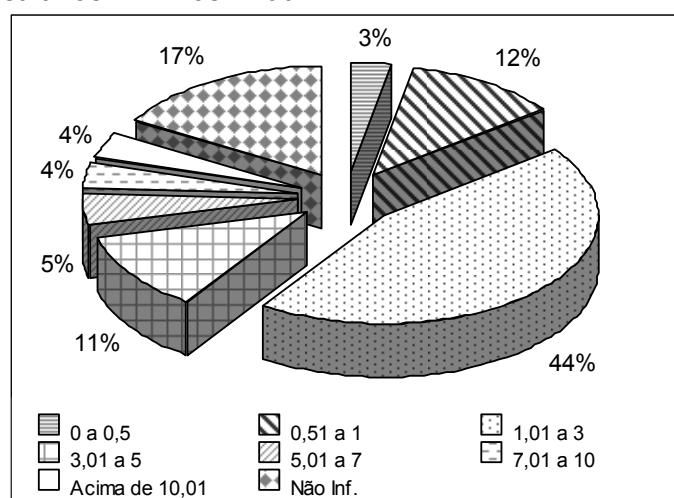
- (a) Na PEA incluem-se as pessoas empregadas e as pessoas procurando emprego (desempregadas).
 (b) Incluem-se as pessoas não integradas ao mercado de trabalho.
 (c) Incluem-se as pessoas em idade para o trabalho. Nos anos 70,80 e 91, a idade considerada é 10 anos e mais e, no ano 2001, superior a 14 anos.
 (d) Incluem-se as pessoas que não têm idade para o trabalho. Nos anos 70,80 e 91, a idade considerada é de 0 a 9 anos e, no ano 2001, de 0 a 14.
 (e) Incluem-se o total das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (formal e informal).
 (f) Incluem-se as pessoas desocupadas neste mesmo mercado.
 (g) A taxa de desocupação é definida como sendo a relação entre a população desocupada e a população economicamente ativa.

Tabela 9 - Distribuição da população ocupada por faixas de rendimentos - 2001

	Faixas de Rendimentos (em salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	Acima de 10,01	Não Inf.	
População Ocupada (a)	5.935	23.732	90.094	23.014	9.700	7.558	7.745	33.362	201.139
População Ocupada (%)	3	11,8	44,8	11,4	4,8	3,8	3,9	16,6	100

Fonte: Relatório de Pesquisa das Condições Sócio- Econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/ IEUFU, 2001.

- (a) Incluem-se o total das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (formal e informal).

Gráfico 2 - Distribuição percentual da população ocupada por faixas de rendimentos em salários mínimos - 2001

Fonte: Relatório de Pesquisa das Condições Sócio- Econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/ IEUFU, 2001. Incluem-se o total das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (formal e informal).

4 – Educação

André Luiz Teles Rodrigues

Durval Perin

O sistema educacional de Uberlândia apresentou um crescimento significativo na década de 90 e início dos anos 2000. De acordo com os dados contidos nos quadros abaixo observa-se as seguintes situações:

- a) Na rede municipal houve um aumento no número de escolas no período 1997-2006. Em 1997, havia 92 escolas, e em 2006 esse número aumentou para 128, incluindo a zona rural e urbana. A quantidade de alunos também cresceu aproximadamente 33,86% de 1997 para 2006, assim como o número de professores que também cresceu aproximadamente 58,48%, neste mesmo período.
- b) A rede estadual apresenta um crescimento gradativo no número de escolas desde 1997 até 2006. Havia 86 escolas em 1997, e em 2006 esse número aumentou para 106. O número de alunos decresce ao longo do período, passando de 81.743 em 1997, para 56.509 em 2006, resultado que evidencia uma diminuição de aproximadamente -30,86% de 1997 para 2006. O número de professores também reduziu neste período, apresentando uma diminuição de aproximadamente - 5,47%.
- c) A rede federal não apresentou alteração no número de escolas no período de 1997 a 2006, mantendo-se, portanto com 4 escolas.
- d) A rede particular foi a que apresentou maior crescimento, passando de 188 unidades construídas em 1997, para 230 em 2006.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, com o programa de Erradicação do Analfabetismo, o número de pessoas alfabetizadas também apresentou aumento, passando de 30.595 alfabetizados em 1995, para 52.845 em 2004.

Educação										
Número de Estabelecimentos, matrículas efetivas, por nível de ensino e Professores por Dep. Administrativa										
Modalidades de Ensino	Rede municipal									
	Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº Escolas	92	92	94	90	95	93	92	93	91	128
Educação Infantil 0 a 3 anos	-	-	460	479	523	1.435	1.248	1.382	1.683	1.874
Educação Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	706	862
Pré-Escola 4 a 6 anos	8.780	7.959	6.810	6.692	7.057	8.425	8.736	9.298	9.996	9.918
Ensino Fundamental 1ª 4ª	-	-	-	24.780	24.775	25.030	24.756	24.692	24.367	22.830
Ensino Fundamental 5ª 8ª	-	-	-	15.184	15.977	17.108	17.361	17.418	17.448	13.323
Ensino Fundamental Total	29.523	37.190	38.555	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio (2º grau)	650	474	191	-	-	-	-	-	-	-
EJA (Presencial) Fundamental	613	406	513	73	62	45	-	55	39	4155
Total (alunos)	39.566	46.029	46.529	47.208	48.394	52.043	52.101	52.845	54.239	52.962
Total (professores)	2.163	2.124	2.383	2.509	2.596	3.143	3.247	3.452	3.481	3.428

Modalidades de Ensino	Rede Estadual									
	Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº Escolas	86	86	86	91	89	89	88	94	94	106
Educação Infantil 0 a 3 anos	265	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Especial	65	606	626	486	609	687	698	713	568	398
Ensino Fundamental 1ª 4ª	27.313	19.260	16.965	16.169	15.441	16.296	15.592	15.138	14.748	13.915
Ensino Fundamental 5ª 8ª	34.801	33.865	34.392	31.167	27.129	25.526	24.243	21.876	21.406	21.099
Ensino Médio (2º grau)	17.879	17.879	23.598	26.120	25.844	24.596	23.669	23.500	22.831	21.045
Ensino Supletivo/Compacto	1.420	1.411	1.580	-	2.398	3.084	3.061	-	-	-
Ensino Profissional	-	-	-	-	-	-	-	-	170	52
Educação Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Supletivo	1.420	1.411	1.580	-	2.398	3.084	3.061	-	-	-
EJA (Presencial) Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	231
EJA (Presencial) Médio	-	-	-	-	-	-	-	973	1.209	2.148
EJA (Semi-Presencial) Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	1.336	1.369	1.072
EJA (Semi-Presencial) Médio	-	-	-	-	-	-	-	1.728	2.356	2.891
Total (alunos)	81.743	73.021	77.161	73.942	71.421	70.189	67.263	61.227	59.723	56.509
Total (professores)	3.108	3.021	3.039	3.186	3.062	3.126	2.919	2.867	3.627	2.938

Modalidades de Ensino	Rede Federal									
	Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº Escolas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Educação Infantil 0 a 3 anos	28	29	30	30	0	-	-	-	-	-
Pré-Escola 4 a 6 anos	207	185	171	218	225	218	225	225	224	225
Ensino Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental 1ª 4ª	-	-	-	312	309	302	304	304	303	302
Ensino Fundamental 5ª 8ª	-	-	-	387	359	331	310	300	302	299
Ensino Fundamental Total	755	1058	715	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio (2º grau)	839	1188	415	402	514	439	423	375	296	309
Ensino Profissional	-	-	-	-	-	-	879	-	709	682
Ensino Superior	10.367	13.361	11.389	12.314	13.356	12.194	12.152	11.967	-	-
Total (alunos)	12.196	15.821	12.720	13.663	14.763	13.484	14.293	13.171	1.834	1.817
Total (professores)	1.125	1.059	1.339	1.362	1.378	1.243	1.247	1.239	1.260	1.310

Modalidades de Ensino	Rede Particular									
	Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº Escolas	188	188	184	180	193	195	198	215	234	230
Educação Infantil 0 a 3 anos	-	-	664	461	585	685	537	600	785	780
Pré-Escola 4 a 6 anos	3.287	3.287	3.007	2.957	3.040	3.465	3.344	3.144	3.326	3.216
Ensino Especial	142	142	224	644	188	225	256	262	5	286
Ensino Fundamental 1ª 4ª	-	-	-	3.855	4.145	4.392	4.804	4.634	4.986	5.237
Ensino Fundamental 5ª 8ª	-	-	-	2.916	3.219	3.403	3.751	3.624	4.234	4.592
Ensino Fundamental Total	6.404	11.338	6.488	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio (2º grau)	4.986	4.986	4.881	4.060	4.227	4.273	5.138	6.173	6.081	5.475
Ensino Profissional	-	-	-	-	-	-	-	-	1.986	2.443
Ensino supletivo - Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	454	267	183
Ensino supletivo - Médio	-	-	-	-	-	-	-	2.428	2.108	1.028
Ensino Supletivo	4.934	-	3.305	2.797	3.314	2.968	3.421	-	-	-
Ensino Superior	3.991	6.452	7.195	8.988	10.397	12.934	15.923	19.887	-	-
Total (alunos)	23.744	26.205	25.764	26.678	29.115	32.345	37.174	41.206	23.778	23.240
Total (professores)	1.453	1.154	1.354	1.468	1.534	1.494	1.752	1.854	1.987	2.239

Fonte: 1999 a 2006 - Censo Escolar

Educação										
Número de Estabelecimentos, matrículas efetivas, por nível de ensino e Professores por Dep. Administrativa										
Modalidades de Ensino	Rede municipal									
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Escolas	92	92	94	90	95	93	92	93	91	128
Total (alunos)	39.566	46.029	46.529	47.208	48.394	52.101	52.101	52.845	54.239	52.962
Total (professores)	2.163	2.124	2.383	2.509	2.596	3.143	3.247	3.452	3.481	3.428
Modalidades de Ensino	Rede Estadual									
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Escolas	86	86	86	91	89	89	88	94	94	106
Total (alunos)	81.743	73.021	77.161	73.942	71.421	70.189	67.263	61.227	59.723	56.509
Total (professores)	3.108	3.021	3.039	3.186	3.062	3.126	2.919	2.867	3.627	2938
Modalidades de Ensino	Rede Federal									
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Escolas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Total (alunos)	12.196	15.821	12.720	13.663	14.763	13.484	14.293	13.171	1.834	1.817
Total (professores)	1.125	1.059	1.339	1.362	1.378	1.243	1.247	1.239	1.260	1310
Modalidades de Ensino	Rede Particular									
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Escolas	188	188	184	180	193	195	198	215	234	230
Total (alunos)	23.744	26.205	25.764	26.678	29.115	32.345	37.174	41.206	23.778	23.240
Total (professores)	1.453	1.154	1.354	1.468	1.534	1.494	1.752	1.854	1.987	2.239

Total Escolas Alunos Professores em Uberlândia										
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Escolas	370	370	368	365	381	381	382	406	423	468
Total (alunos)	157.249	161.076	162.174	161.491	163.693	168.119	170.831	168.449	139.574	134.528
Total (professores)	7.849	7.358	8.115	8.525	8.570	9.006	9.165	9.412	10.355	9.915

Fonte: Censo Escolar
 Tabulação: CEPES

Participação Percentual por Rede de Ensino															
Rede de Ensino	1997			1998			1999			2000			2001		
	Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos		
	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores
Municipal	39566	92	2163	46029	92	2383	46529	94	2383	47208	90	2509	48394	95	2596
Estadual	81743	86	3108	73021	86	3021	77161	86	3039	73942	91	3186	71421	89	3062
Federal	12196	4	1125	15821	4	1059	12720	4	1339	13663	4	1362	14763	4	1378
Particular	23744	188	1453	26205	184	1154	25764	184	1354	26678	180	1468	29115	193	1534
Total	157249	370	7849	161076	366	7617	162174	368	8115	161491	365	8525	163693	381	8570
Rede de Ensino	2002			2003			2004			2005			2006		
	Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos		
	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores
Municipal	52043	93	3143	52101	92	3247	52845	93	3452	54239	91	3481	52962	128	3428
Estadual	70189	89	3126	67263	88	2919	61227	94	2867	59723	94	3627	56509	106	2938
Federal	13484	4	1243	14293	4	1247	13171	4	1239	1834	4	1260	1817	4	1310
Particular	32345	195	1494	37174	198	1752	41206	215	1854	23778	234	1987	23240	230	2239
Total	168061	381	9006	170831	382	9165	168449	406	9412	139574	423	10355	134528	468	9915

Fonte: Censo Escolar

Tabulação: CEPES

Participação Percentual por Rede de Ensino															
Rede de Ensino	1997			1998			1999			2000			2001		
	Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos		
	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores
Municipal	25%	25%	28%	29%	25%	31%	29%	26%	29%	29%	25%	29%	30%	25%	30%
Estadual	52%	23%	40%	45%	23%	40%	48%	23%	37%	46%	25%	37%	44%	23%	36%
Federal	8%	1%	14%	10%	1%	14%	8%	1%	17%	8%	1%	16%	9%	1%	16%
Particular	15%	51%	19%	16%	50%	15%	16%	50%	17%	17%	49%	17%	18%	51%	18%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Rede de Ensino	2002			2003			2004			2005			2006		
	Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos			Participação dos Conjuntos		
	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores	Alunos	Escolas	Professores
Municipal	31%	24%	35%	30%	24%	35%	31%	23%	37%	39%	22%	34%	39%	27%	35%
Estadual	42%	23%	35%	39%	23%	32%	36%	23%	30%	43%	22%	35%	42%	23%	30%
Federal	8%	1%	14%	8%	1%	14%	8%	1%	13%	1%	1%	12%	1%	1%	13%
Particular	19%	51%	17%	22%	52%	19%	24%	53%	20%	17%	55%	19%	17%	49%	23%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Escolar

Tabulação: CEPES

Índices										
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alunos/Escola	425,00	435,34	440,69	442,44	429,64	441,26	447,20	414,90	329,96	287,45
Alunos/Professor	20,03	21,89	19,98	18,94	19,10	18,67	18,64	17,90	13,48	13,57
Professor/Escola	21,21	19,89	22,05	23,36	22,49	23,64	23,99	23,18	24,48	21,19

Total Escolas Alunos Professores em Uberlândia										
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Escolas	370	370	368	365	381	381	382	406	423	468
Total (alunos)	157249	161076	162174	161491	163693	168119	170831	168449	139574	134528
Total (professores)	7849	7358	8115	8525	8570	9006	9165	9412	10355	9915

Taxas de crescimentos anuais										
Ano	1997/1998	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Nº Escolas	1,00	1,01	1,01	0,96	1,00	1,00	0,94	0,96	0,90	
Total (alunos)	0,98	0,99	1,00	0,99	0,97	0,98	1,01	1,21	1,04	
Total (professores)	1,07	0,91	0,95	0,99	0,95	0,98	0,97	0,91	1,04	

Participação % dos Alunos matriculados										
Rede de Ensino	Alunos matriculados									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Municipal	25%	29%	29%	29%	30%	31%	30%	31%	39%	39%
Estadual	52%	45%	48%	46%	44%	42%	39%	36%	43%	42%
Federal	8%	10%	8%	8%	9%	8%	8%	8%	1%	1%
Particular	15%	16%	16%	17%	18%	19%	22%	24%	17%	17%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Participação % de Escolas										
Rede de Ensino	Escolas									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Municipal	25%	25%	26%	25%	25%	24%	24%	23%	22%	27%
Estadual	23%	23%	23%	25%	23%	23%	23%	23%	22%	23%
Federal	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Particular	51%	50%	50%	49%	51%	51%	52%	53%	55%	49%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Participação % dos Professores										
Rede de Ensino	Professores									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Municipal	28%	31%	29%	29%	30%	35%	35%	37%	34%	35%
Estadual	40%	40%	37%	37%	36%	35%	32%	30%	35%	30%
Federal	14%	14%	17%	16%	16%	14%	14%	13%	12%	13%
Particular	19%	15%	17%	17%	18%	17%	19%	20%	19%	23%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Escolar

Tabulação: CEPES

5 – Finanças Públicas

Ana Alice Garlipp

5.1 Receita Pública Estadual Gerada no Município

O município de Uberlândia tradicionalmente apresenta significativa participação na arrecadação de tributos no Estado de Minas Gerais. Segundo dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (SEFAZ-MG), que se encontram registrados na Tabela 1, do volume de todos os tributos estaduais gerados nesse município, destaca-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) como o maior deles.

Tabela 1 - Receita Estadual Gerada no Município de Uberlândia - 1999 a 2007

(Valores em R\$ a preços correntes)

Ano/tipo de receitas	Outras Receitas	% do total	ICMS	% do total	Total
1999	50.165.636	11,92	370.582.867	88,08	420.748.503
2000	62.453.089	12,15	451.454.075	87,85	513.907.164
2001	81.930.985	13,34	532.231.454	86,66	614.162.439
2002	66.924.865	10,50	570.573.558	89,50	637.498.423
2003	77.694.171	9,31	757.195.522	90,69	834.889.693
2004	94.099.835	10,72	783.422.834	89,28	877.522.669
2005	112.329.179	11,01	908.214.118	88,99	1.020.543.297
2006	122.479.080	11,05	986.265.007	88,95	1.108.744.087
2007*	90.699.143	18,00	413.106.480	82,00	503.805.623

Fonte: SEFAZ- MG (www.mg.gov.br)

*Período de janeiro a maio de 2007

Tal situação se confirma também nos dados da Tabela 2, que registra o volume da arrecadação dos tributos estaduais na circunscrição da Superintendência Regional da Fazenda sede-Uberlândia. Do volume de recursos estaduais arrecadados nos 59 municípios que fazem parte da região-sede, destaca-se o ICMS como o mais importante deles, fato este que contribui para caracterizar o dinamismo da atividade econômica desta região.

Tabela 2 - Receita Estadual arrecadada na VIII Região da Secretaria da Receita Estadual, sede Uberlândia⁴ 2000 a 2007

Tributos/ano	Regime de Caixa- valores correntes em R\$							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
ICMS	471.560.337	649.371.275	695.529.629	909.369.619	960.278.974	1.096.588.407	1.171.982.729	487.577.479
IPVA	16.950.344	64.854.092	74.517.740	74.048.006	98.496.136	113.842.128	138.958.074	135.176.047
ITCD	2.809.233	2.367.095	3.221.733	4.074.648	7.299.624	9.782.050	9.988.748	4.780.495
Taxas	16.499.984	22.685.472	33.748.503	43.376.792	52.988.627	69.303.999	76.239.010	40.462.924
Outras Receitas***	38.231.892	61.862.511	36.566.892	47.025.662	67.276.037	56.359.732	71.827.103	29.896.597
Total	546.051.790	801.140.446	843.584.498	1.077.894.728	1.186.339.398	1.345.876.316	1.468.995.664	697.893.542

Fonte: RMA-DINF/SEF-MG (fazenda.mg.gov.br)

* Período de janeiro a maio de 2007

** Outras Receitas inclui: receitas diversas(receitas patrimonial, industrial e AIR), multas, juros e dívida ativa

De posse das informações sobre o volume de impostos estaduais arrecadados no município de Uberlândia e região-sede, cabe assim definir e destacar a importância do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços na geração das receitas do Estado de Minas Gerais.

O ICMS é um imposto de competência dos Estados e Distrito Federal sendo cada um destes responsável por instituí-lo, como determina a Constituição Federal de 1988. Tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se incidam no exterior. Em termos de arrecadação, o ICMS é o indicador que melhor expressa o nível de atividade econômica de uma região.

O ICMS é um imposto não cumulativo, compensando-se o valor devido de cada operação ou prestação com o montante cobrado anteriormente. Do ponto da arrecadação do Estado, 25% é transferido para os Municípios (CF, art. 158, IV), de acordo com a legislação estadual, ou seja, cada Estado determina quais serão os critérios de rateio do ICMS, desde que preservado o peso mínimo de 75% para o Valor Adicionado do Município. Os outros 25%

⁴⁴ Municípios que compõem a circunscrição da Superintendência Regional da Fazenda VIII:

Araguari, Cascalho Rico, Indianópolis, Ituiutaba, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiacu, Santa Vitória, Monte Carmelo, Abadia dos Dourados, Coromandel, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Irá de Minas, Romaria, Paracatu, Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Patos de Minas, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas, Vazante, Patrocínio, Cruzeiro da Fortaleza, Guimarães, Serra do Salitre, Uberlândia, Araporã, Campina Verde, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Prata, Tupaciguara, Unaí, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Riachinho, Uruana de Minas.

obedecem a lei estadual e entre esses critérios existem grandes diferenças de um Estado para outro, que elegem entre outros critérios, o de população do Município, área, evasão escolar, mortalidade infantil, etc.

(Confederação Nacional de Municípios-Plano Diretor Participativo MG/2002)

Conforme critérios estabelecidos para o Estado de Minas Gerais, o rateio que cabe aos seus municípios, proveniente do ICMS, tem participação predominante do Valor Adicionado Fiscal (VAF)⁵ e é distribuído conforme percentuais indicados por lei federal e estadual.

Verifica-se, assim, com os dados da Tabela 3, o volume de repasse do ICMS aos principais municípios de Minas Gerais através dos recursos recebidos pelo VAF. Dentre eles, Uberlândia ocupa a quarta posição e expressa, juntamente com os outros três municípios, importante concentração em número reduzido de municípios.

Tabela 3 - Valor Adicionado Fiscal dos Principais Municípios e Índices de Participação 2001 a 2005

Preços Correntes em R\$

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	Índice médio do VAF 2007
Belo Horizonte	8.790.784.587	9.943.198.455	11.271.282.570	13.741.837.852	15.639.792.214	10,75
Betim	8.087.926.383	9.210.975.079	11.631.673.741	14.145.141.909	15.817.362.250	10,97
Contagem	3.959.511.716	4.619.469.316	5.296.840.497	6.325.550.549	7.286.582.736	4,98
Uberlândia	3.400.904.995	3.588.069.793	4.879.566.996	5.627.312.532	7.468.296.080	4,77

Relatório RFGA1350 / SEF-MG - Índices e Média VAF exercício atual e anterior

Outra forma igualmente importante de dimensionar a participação do ICMS no Estado de Minas Gerais se apresenta na Tabela 4, onde estão registrados os principais estados arrecadadores da federação.

⁵ O Valor Adicionado Fiscal (VAF) de um município corresponde ao valor que se acrescenta (adiciona) nas operações de entrada/saídas de mercadorias e/ou prestações de serviços de transporte e de comunicação em seu território, em determinado ano civil, e espelha o movimento econômico que é diferente de arrecadação e, conseqüentemente, o potencial que o município tem para gerar receitas públicas. (SEFAZ- MG)

Conforme esses dados, Minas Gerais é o terceiro maior arrecadador de ICMS do País chegando a ultrapassar o Estado do Rio de Janeiro em 2005 e 2006, ocupando a segunda posição no ranking dos maiores. Do total do volume de arrecadação de ICMS registrados no Brasil, no período de 2000 a 2007, o Estado de Minas Gerais participa com um índice médio de 9,6% .

Tabela 4 - Principais Estados Arrecadadores do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) -2000 a 2007

Ano	Estados											R\$ milhões		
	SP	RJ	MG(c)	RS	PR	BA	SC	PE	GO	ES	Total (a)	Brasil (b)	Part. Perc. a/b	Part. Perc. c/a
2000	54.898	14.676	13.551	10.132	7.811	6.757	4.952	3.853	3.945	3.599	124.174	147.598	84,13	9,18
2001	54.862	15.282	14.988	10.914	8.117	6.908	5.360	3.900	4.253	4.065	128.649	153.378	83,88	9,77
2002	53.381	14.998	13.683	10.638	8.287	7.372	5.543	4.123	4.329	3.418	125.772	150.533	83,55	9,09
2003	47.042	13.065	12.876	10.495	7.835	6.857	5.446	3.712	4.317	3.426	115.071	139.350	82,58	9,24
2004	48.983	13.970	14.089	10.272	8.360	7.606	5.614	3.913	4.243	3.977	121.027	147.490	82,06	9,55
2005	51.399	13.501	15.760	11.472	8.828	7.894	5.882	4.258	4.258	4.671	127.923	156.390	81,80	10,08
2006	59.221	15.174	17.448	12.116	9.502	8.819	6.328	4.987	6.902	7.518	148.015	176.022	84,09	9,91
2007*	24526	6340	7553	4864	3991	3497	2862	2123	2086	2298	60140	73.505	81,82	10,28

Fonte: Minifaz/Cotepe

* Acumulado do ano (janeiro a maio de 2007)

5.2 Finanças Públicas no Município de Uberlândia

Carlos José Diniz

Competências Tributárias e Partilha das Receitas Públicas

No Brasil, cada nível de governo tem o direito de instituir os impostos que lhe são atribuídos e que pertençam à sua competência privativa. A Constituição define claramente a atribuição das competências tributárias de cada esfera de governo, não havendo possibilidade de sobreposição de competências em relação aos impostos e à maioria das contribuições. No entanto, é comum às três esferas de poder a competência para instituir taxas (pelo exercício do poder de polícia e pela utilização de serviços públicos), contribuição de melhoria e contribuição para custeio da previdência e assistência social de seus servidores.

As competências tributárias são assim distribuídas:

União (Governo Federal)

Competem à União os impostos sobre Importação (II), Exportação (IE); Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR); Produtos Industrializados (IPI); Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF); Propriedade Territorial Rural (ITR) e sobre Grandes Fortunas (IGF). Esse último ainda não se encontra instituído, embora esteja prevista sua instituição em nível constitucional.

Além dos impostos acima relacionados, a União tem competência exclusiva para instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Os demais níveis de governos somente podem instituir uma única contribuição, a relativa ao custeio da previdência social de seus funcionários.

As principais contribuições instituídas pela União são as seguintes: sobre a Folha de Pagamentos dos empregados; Financiamento da Seguridade Social, tendo por base de cálculo o faturamento das empresas (COFINS); Programa de Integração Social (PIS); Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL); e Movimentação Financeira (CPMF) com destinação específica para a saúde.

Estados e Distrito Federal (Governos Intermediários)

Os Estados e o Distrito Federal têm competência para instituir impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS); Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Transmissão Causa Mortis de bens imóveis e Doação (ITCD) de qualquer bem ou direito.

Municípios (Governos Locais)

Por sua vez, competem aos Municípios os impostos incidentes sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI).

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006 e 4º BIMESTRE DE 2007
RECEITAS EM VALORES NOMINAIS

RECEITAS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (*)	Tx Média Crescimento 2001 / 2006	Varição 2001 / 2006	Partic. (%) na Rec. Total 2006
RECEITAS CORRENTES (A)	306.213.372	340.240.729	398.233.031	464.623.755	523.568.624	586.662.779	453.921.299	17,65%	91,59%	104,48%
Tributárias	57.311.846	68.707.473	70.400.471	78.407.627	88.169.276	100.718.007	81.566.704	15,14%	75,7%	17,9%
Impostos	41.376.605	51.163.142	59.932.012	66.486.439	74.185.356	85.214.899	68.616.762	19,80%	105,9%	15,2%
IPRU	10.103.016	10.249.573	13.528.757	15.938.368	16.039.502	17.068.973	17.974.025	14,01%	68,9%	3,0%
ISSQN	27.079.735	32.744.043	36.911.509	39.942.004	46.956.799	53.961.762	39.333.438	16,81%	99,3%	9,6%
ITBI	4.193.854	5.651.090	6.551.042	7.218.739	7.585.600	9.363.265	7.926.200	22,24%	123,3%	1,7%
IRPF	0	2.518.436	2.940.704	3.387.328	3.603.455	4.820.898	3.383.098			0,9%
Taxas	15.935.241	17.407.214	10.028.128	11.841.654	13.900.322	15.461.639	12.949.942	-0,75%	-3,0%	2,8%
Contribuições de Melhoria	0	137.117	440.331	79.535	83.596	41.470	0			0,01%
Contribuições	12.452.294	8.830.249	28.315.663	42.844.815	42.301.936	28.913.365	32.413.934	23,44%	132,2%	5,1%
Patrimoniais	5.055.554	6.044.090	8.077.740	8.795.691	20.758.265	24.967.275	15.285.900	49,07%	393,9%	4,4%
Industriais	21.687.249	0	0	0	0	0	0			
Agropecuárias	11.828	18.365	3.207	0	0	0	0			
Serviços	26.817.796	35.822.659	39.965.696	40.650.154	41.791.402	44.420.096	33.654.371	13,45%	65,6%	7,9%
Transferências Correntes	167.309.885	188.530.007	217.062.112	254.823.781	294.448.148	346.553.741	262.581.194	19,97%	107,1%	61,7%
(-) Transferências Intragovernamentais	4.285.002	0	0	0	0	0	0			
Outras Receitas Correntes	19.651.922	32.287.885	34.408.151	39.101.687	36.099.597	41.090.294	28.419.196	20,25%	109,1%	7,3%
RECEITAS DE CAPITAL (B)	2.757.072	4.361.138	4.588.769	2.104.689	2.100.294	4.694.166	11.456.837	14,23%	70,3%	0,8%
Operações de Crédito	0	4.078.386	3.914.373	1.366.277	133.723	0	5.100.000			
Refinanciamento da Dívida	0	0	0	0	0	0	0			
Outras Operações de Crédito	0	4.078.386	3.914.373	1.366.277	133.723	0	0			
Alienação de Bens	742.158	42.290	674.396	738.411	961.867	625.166	592.962	-4,20%	-15,8%	0,1%
Amortização de Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0			
Transferências de Capital	1.186.279	140.000	0	0	680.000	4.069.000	5.763.875			0,7%
(-) Transferências Intragovernamentais	1.896.250	0	0	0	0	0	0			
Outras Receitas de Capital	2.724.685	100.463	0	0	24.705	0	0			
(-) DEDUÇÕES P/ FUNDEF (C)	0	0	21.670.608	23.339.291	27.242.256	29.872.417	27.114.336			5,3%
RECEITA TOTAL (A+B-C)	308.970.444	344.601.867	381.151.191	443.389.152	498.426.662	561.484.528	438.263.800	16,11%	81,7%	100,0%

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia - RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL, Anos 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006 e quarto bimestre de 2007 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ANEXO 6 (Incisos I e II, alíneas a e b, art. 52 - L.C. 101/00) - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ELABORAÇÃO: Tábua de dados - CEPES/IEUFU
 MDTA: Totalização contábil do último bimestre divulgado, corrige bimestre anterior.
 (*) Até o quarto bimestre de 2007

Despesas

A Constituição do Brasil também define as competências de gastos entre os três níveis governamentais. No entanto, diferentemente da atribuição das receitas, não há uma definição muito clara em relação às despesas, permitindo-se a existência de competências comuns e concorrentes que não se encontram bem especificadas.

As atribuições típicas do governo federal abrangem a defesa nacional, as relações internacionais, a emissão de moeda, a manutenção do correio aéreo e do serviço postal, a legislação sobre os direitos civil, comercial, penal, eleitoral, aeronáutico, marítimo e do trabalho, comércio interestadual, telecomunicações, jazidas, minas e atividades nucleares e a seguridade social, além das definições das diretrizes e bases para a educação nacional.

A competência dos municípios abrange as atividades de legislação em assuntos de interesse local, transporte público, educação elementar, atendimento à saúde, controle e planejamento do uso do solo urbano e preservação do patrimônio histórico-cultural.

As atribuições que são consideradas comuns aos três níveis de governo são, por exemplo, o cuidado com a saúde e a assistência pública, a proteção do meio ambiente, a promoção de programas de moradia e saneamento básico e integração social.

Por último, a Constituição ainda permite a existência de competência concorrente entre União e Estados, envolvendo atividades de legislação sobre direitos tributário, financeiro e econômico, orçamento, polícia civil e defensoria pública, dentre outras.

Outra característica em relação à política de gastos brasileira é sua enorme rigidez, dado o grande volume existente de receitas vinculadas. A própria Constituição determina, além das transferências intergovernamentais, a vinculação completa da arrecadação das contribuições à Seguridade Social. Há ainda percentuais constitucionais mínimos de investimento na educação (18% da receita de impostos para a União e 25% para a receita de impostos dos Estados e

Municípios). Ademais, existem inúmeros fundos que visam somente financiar despesas específicas de determinados órgãos ou setores e que também são formados a partir de receitas vinculadas. Em síntese, há pouca receita livre para efeito de se realizar políticas econômica e de investimento. A grande rigidez orçamentária impede, inclusive, que a sociedade possa, a cada exercício financeiro, determinar as prioridades de gasto, pois esses já foram pré-determinados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006 e 4º BIMESTRE DE 2007
DESPESAS EM VALORES NOMINAIS

DESPESAS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (*)	Tx Média Crescimento 2001 / 2006	Varição 2001 / 2006	Partic. (%) na Rec. Total 2006
DESPESAS CORRENTES (C)	248.153.775	308.794.625	325.740.301	376.179.672	404.053.967	450.139.166	320.659.443	16,05%	81,40%	89,86%
Pessoal/Encargos Sociais	88.943.315	116.082.770	163.368.107	188.256.030	208.034.707	229.088.459	177.876.250	23,35%	131,5%	45,7%
Juros/Encargos da Dívida Interna	4.564.834	4.501.977	4.936.547	4.693.784	4.853.723	4.454.397	2.787.004	-0,61%	-2,4%	0,9%
Juros/Encargos da Dívida Externa	0	0	0	0	0	0	0			
Outras Despesas Correntes	158.371.710	188.209.879	152.435.647	173.229.858	191.165.537	216.596.311	139.984.189	8,14%	36,8%	43,2%
(-) Transferências Intragovernamentais	13.726.064	0	0	0	0	0	0			
DESPESAS DE CAPITAL (D)	27.319.874	37.372.597	35.943.369	26.332.231	17.288.916	50.790.352	26.312.004	16,77%	85,9%	10,1%
Investimentos	20.366.870	34.536.193	33.381.231	23.530.457	12.448.537	45.448.178	22.579.535	22,22%	123,1%	9,1%
Inversões Financeiras	895.357	0	0	0	0	0	0			
Amortização da Dívida Interna	2.028.195	2.321.561	2.642.138	3.401.774	4.840.379	5.350.174	3.732.469	27,44%	183,8%	1,1%
Amortização da Dívida Externa	0	0	0	0	0	0	0			
Amortização - Refinanciamento da Dívida	0	0	0	0	0	0	0			
Outras Despesas de Capital	4.029.452	514.843	0	0	0	0	0			
(-) Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0	0	0	0			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (E)	0	0	0	0	0	0	0			
DESPESA TOTAL (C+D+E)	275.473.649	346.167.222	361.683.671	403.111.903	421.342.883	500.937.518	346.971.447	16,13%	81,8%	100,0%

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia - RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL, Anos 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006 e quarto bimestre de 2007 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO MINAS GERAIS - ANEXO 6 (incisos I e II, alíneas a e b, art. 52 - L.C. 103/00) - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ELABORAÇÃO: Tabelação de dados - CEPES/IEUFU

NOTA: Totalização contábil do último bimestre divulgado, corrige bimestre anterior.

(*) Até o quarto bimestre de 2007

6 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios, Segundo Subsetor de Atividade econômica

Marlene Marins de Camargos Borges

Os dados apresentados nesta seção foram tabulados utilizando as informações da base de dados RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego. Embora as informações aqui tabuladas considerem apenas os anos entre 1990 a 2005, é possível obter as mesmas informações anuais a partir de 1985, por meio desta mesma base de dados.

Conforme demonstrado na Tabela 1, os dados permitem uma análise, ao longo do período, do comportamento e evolução do número de estabelecimentos com vínculos empregatícios, segundo subsetor de atividade econômica, no município de Uberlândia.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos no ano segundo subsetor de atividade econômica – 1990 a 2005

Subsetores de Atividade Econômica - IBGE	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Administração Pública Direta e Autárquica	20	14	36	39	39	37	37	27
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal	120	846	1.044	982	979	1.111	1.021	1.081
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico	634	794	1.281	1.339	1.446	1.477	1.538	1.586
Comércio Atacadista	287	461	550	562	563	562	599	643
Comércio Varejista	1.499	2.581	3.703	3.980	4.198	4.391	4.496	4.672
Construção Civil	383	644	853	843	914	929	762	722
Ensino	34	110	185	212	204	205	210	210
Extrativa Mineral	18	18	27	29	26	31	50	26
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	37	40	37	41	40	51	53	55
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	38	48	64	62	60	68	75	76
Indústria da Madeira e do Mobiliário	48	55	67	71	79	81	86	91
Indústria de Calçados	49	26	22	26	27	25	29	30
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	195	178	245	245	261	279	274	282
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	42	36	42	41	48	43	51	55
Indústria do Material de Transporte	12	33	30	28	26	22	24	24
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	10	18	17	17	21	21	23	23
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	44	69	101	103	102	95	88	93
Indústria Mecânica	28	15	36	42	48	39	40	42
Indústria Metalúrgica	69	95	100	102	104	113	119	126
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	239	204	148	153	152	144	148	147
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	63	127	160	160	179	179	181	188
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação	660	696	1.034	1.071	1.147	1.226	1.258	1.310
Serviços Industriais de Utilidade Pública	10	14	10	11	12	7	7	9
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	123	438	736	750	821	833	829	839
Transportes e Comunicações	129	299	434	537	605	582	592	652
Outros / Ignorado	619	216	0	0	0	0	0	0
Total	5.410	8.075	10.962	11.446	12.101	12.551	12.590	13.009

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Elaboração CEPES/ IEUFU

ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA

1 – Abastecimento de Água, Esgoto e Energia Elétrica.

André Luiz Teles Rodrigues

Durval Perin

O sistema municipal de abastecimento de água de Uberlândia atende aproximadamente a 100% da população com água tratada.

Como pode ser observado na tabela 1, em Uberlândia existem 139.687 ligações no ano de 2005, sendo que estas ligações equivalem a 217.297 contribuintes, pois uma mesma ligação pode estar atendendo a mais de uma residência, cômodo comercial, etc. Este total de contribuintes está distribuído da seguinte forma: 86,11% são residências; 13,78% são empresas comerciais e 0,11% são indústrias.

De acordo com dados do DMAE, aproximadamente 100% da população é atendida pelo sistema de esgoto (ver tabela 2). Isso indica que o crescimento da rede de esgoto conseguiu acompanhar o crescimento da cidade e atende 217.297 contribuintes existentes na cidade no ano de 2005.

Quanto à distribuição de energia elétrica, esta vem crescendo ano a ano e pode-se perceber que quase a totalidade das pessoas que vivem em Uberlândia tem acesso a energia elétrica. Em junho de 2007 (ver tabela 4), o número de consumidores foi de 211.694, sendo que 87,61% são consumidores residenciais; 9,52% estão vinculados ao comércio; 1,14% referem-se a estabelecimentos industriais; 1,43% são consumidores rurais; 0,26% são consumidores do Poder Público e 0,04% são outros consumidores.

Tabela 1- Número de ligações e contribuintes do sistema de água Uberlândia (MG) 1996 a 2005

Descrição	Ano									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ligações	104.362	109.697	113.364	119.400	122.453	126.395	130.647	133.943	137.197	139.687
C/hidrômetro	104.347	109.697	113.364	119.400	122.453	126.395	130.647	133.943	137.197	139.687
S/hidrômetro	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Economias	151.129	157.594	166.471	161.159	182.143	188.231	196.365	201.523	207.523	217.297
Residenciais	134.954	140.927	149.288	145.150	163.117	168.397	173.446	178.177	183.043	187.119
Comerciais	15.738	16.239	16.768	15.600	18.652	19.567	22.657	23.102	24.245	29.950
Industriais	437	428	415	409	374	267	262	244	235	228
Rede/Extensão(Km)	1.731	1.765	1.989	2.145	2.300	2.316	2.376	2.436	2469	2.493

Fonte: Departamento Municipal de Água e Esgoto – Uberlândia MG
Elaboração: CEPES/IEUFU

Tabela 2 – Número de ligações, economias e contribuintes do sistema de esgoto de Uberlândia (MG) – 1996 a 2005

Descrição	Ano									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ligações	101.718	108.430	111.537	115.799	119.797	123.395	127.261	131.414	137.197	139.687
Economias	148.550	154.896	162.119	171.521	181.256	185.880	192.437	198.500	207.703	217.297
Residenciais	132.325	138.181	144.925	153.605	162.291	165.871	169.977	175.504	183.043	187.119
Comerciais	15.788	16.278	16.759	17.488	18.527	19.567	22.203	22.755	24.425	29.950
Industriais	437	437	435	428	438	442	257	241	235	228
Rede/Extensão(Km)	1.633	1.633	1.718	1.768	2.035	2.100	2.160	2.220	2.231	2.254

Fonte: Departamento Municipal de Água e Esgoto – Uberlândia MG
Elaboração: CEPES/IEUFU

Tabela 3 - Consumo de energia elétrica anual (MKWh) em Uberlândia (MG) - 2000 a 2007

CLASSE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Industrial	176.775	185.601	215.837	226.345	322.649	259.340	272.920	139.737
Comercial	187.678	177.409	187.743	196.964	208.495	225.104	232.600	122.765
Residencial	325.356	281.707	275.814	282.791	286.960	291.102	297.357	153.100
Rural	48.755	38.477	36.827	37.021	39.134	42.669	39.714	21.353
Poder Publico	25.377	21.887	22.441	23.321	25.323	26.210	27.866	14.666
Outros	68.522	65.497	68.213	67.551	71.404	69.166	73.124	35.454
Total	832.463	770.578	806.875	833.993	953.965	913.591	943.581	487.075

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Elaboração: CEPES/IEUFU
* até junho de 2007

Tabela 4 - Número de consumidores de energia elétrica anual Uberlândia (MG) - 2000 a 2007

CLASSE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Industrial	2.632	2.740	2.323	2.236	2.205	2.272	2.303	2.418
Comercial	15.919	18.931	18.091	18.595	19.001	19.320	19.776	20.143
Residencial	148.987	157.149	165.221	170.028	174.646	179.114	183.481	185.458
Rural	2.488	2.581	2.702	2.726	2.798	2.890	2.949	3.030
Poder Publico	439	442	468	478	510	505	530	560
Outros	68	70	74	75	85	80	87	85
Total	170.533	181.913	188.879	194.138	199.245	204.181	209.126	211.694

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Elaboração: CEPES/IEUFU
* até junho de 2007

2. Construção Civil

André Luiz Teles Rodrigues

Durval Perin

Desde meados dos anos 90, a construção civil em Uberlândia vem apresentando um crescimento cíclico. Do ano de 1995 até o final da década, a construção civil cresceu, porém fechou a década em queda.

Em 1995, a área construída em Uberlândia era de 687.458m². Nos anos seguintes apresentou um crescimento modesto totalizando 689.165m² em 1996, 756.728m² em 1997, e 789.878m² em 1998. Em 1999, a construção civil apresentou um decréscimo, isso porque totalizou 691.401m² de área construída sendo inferior à área construída do ano anterior.

Em 2000 e 2001 manteve um crescimento constante em torno de 11%, tendo crescido em torno de 57% em 2002 e, desde então, apresenta crescimento decrescente, (39,21%) em 2003, (19,53%) em 2004 e (20,53%) em 2005.

Esta queda da evolução da área construída em Uberlândia, segundo dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, pode ser observada pelo decréscimo no número de alvarás concedidos, como por exemplo, para a construção residencial e comercial, para planta popular, edifícios residenciais e comerciais, construções institucionais e industriais, conjuntos residenciais, reformas, demolição de área dentre outros.

A cidade de Uberlândia, assim como qualquer grande centro, passa ainda por sérios problemas de infra-estrutura.

Tabela 1- Evolução da área construída em Uberlândia (MG) 1995 a 2005

Área Construída				
Período	No ano		Acumulado	
	m ²	Índice	m ²	Índice
1995	687.458,00	100,00	687.458,00	100,00
1996	689.165,00	100,25	1.376.623,00	200,25
1997	756.728,00	110,08	2.133.351,00	310,32
1998	789.878,00	114,90	2.923.229,00	425,22
1999	691.401,00	100,57	3.614.630,00	525,80
2000	771.717,81	112,26	4.386.347,81	638,05
2001	771.761,86	112,26	5.158.109,67	750,32
2002	1.214.889,75	176,72	6.372.999,42	927,04
2003	738.527,47	107,43	7.111.526,89	1.034,47
2004	594.284,11	86,45	7.705.811,00	1.120,91
2005	473.328,56	68,85	8.179.139,56	1.189,77

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano/Divisão de Obras Particulares.
Elaboração CEPES/IEUFU

Tabela 2- Número de alvarás concedidos em Uberlândia (MG)-2000 a 2004

Alvarás concedidos	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Construção Residencial	1.401	1.587	1.056	775	701
Construção Comercial	250	181	198	173	161
Planta Popular	2.122	2.930	1.315	1.179	1.138
Res. Multi Familiares Horizontais	122	89	240	75	58
Edifícios Residenciais	180	81	66	63	55
Edifícios Comerciais	1	3	-	-	-
Edifícios Mistos(Comerc. e Resid.)	116	75	85	50	47
Construções Institucionais	22	11	27	23	15
Construções Industriais	1	4	2	-	-
Levantamento Cadastral	26	112	214	698	430
Substituição de Projetos	170	77	113	35	93
Conjunto Residenciais	2	1	1	2	3
Ampliação	120	85	66	-	79
Aumento com Projeto	-	-	-	-	71
Reforma	56	56	54	65	52
Revalidação de Alvará	391	327	259	250	245
Demolição de Área	71	77	35	49	27
Total	5.051	5.696	3.731	3.437	3.175

Fonte: Sec. Planej. Desenvol. Urbano/Divisão de Obras Particulares

* A partir de 2004, para o aumento até 30m² não é necessária a apresentação de projeto.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

1 - População

Luiz Bertolucci Jr.

Considerando os resultados dos últimos censos demográficos, por meio de estimativa populacional simplificada (CEPES/IEUFU), pode-se esperar que, **em julho de 2007, a população residente em Uberlândia se aproximou de 645 mil habitantes** (Tabela 1).

Desse total, **98% provavelmente residiam na cidade**, ou seja, o município de Uberlândia permanece com expressivo grau de urbanização e com baixo grau de ruralização, pessoas residindo na área rural, o que gera acentuada pressão por serviços urbanos: habitação, saneamento básico, energia elétrica e comunicação, educação e saúde, segurança pública, entre outras requisições.

A **POPULAÇÃO** residente do município de Uberlândia-MG, em 2000, de 501.214 habitantes representava o dobro de pessoas que residiam neste município em 1980, e quatro vezes a população de 1970 (Tabela 2). Esta expansão populacional ocorreu por conta das expressivas taxas de crescimento. Entre 1970 e 1980: 6,7% ao ano, e no período 1991 e 2000: 3,6% ao ano. Nestes períodos, as taxas de crescimento uberlandenses ficaram bem acima das verificadas para o estado de Minas Gerais (1,5% e 1,4% a.a, respectivamente) e do Brasil (2,5% e 1,6% a.a.).

Os dados populacionais mostraram que a participação da **população em idade para o trabalho (15 a 64 anos) representava 70,8% do total (em 2000)**, enquanto a população infanto-juvenil perdeu participação, representando em torno de 26% dos residentes. Esta *janela de oportunidade demográfica* deve ser aproveitada, investindo-se em educação e emprego para este contingente de jovens, considerando que esta *oportunidade* se manterá pelos próximos vinte anos.

A pirâmide etária da população residente mudou sua estrutura entre 1970 e 2000, como mostra o Gráfico 1, deixando a tradicional forma de base larga (maior número de crianças) para uma aparência mais “bojuda”, ou seja, maior contingente de adultos: maior número de pessoas em idades centrais, população que busca trabalho e pressiona a economia local (dados da Tabela 2).

A idade mediana de 27 anos, no ano de 2000, ou seja, a idade divisora da população em dois grupos de tamanho equivalente, confirmou uma população residente jovem.

O **Índice de Envelhecimento (IE)**, que relaciona o número de idosos e crianças, entre 1970 e 2000, saltou de 7,9 para 18,8 idosos para cada 100 crianças com idades menores de 14 anos. As mulheres são as que contam com maior IE, em 2000: 21,7 mulheres idosas (acima de 65 anos) para cada 100 meninas.

As taxas de crescimento geométrico por grupo etário mostraram que, por conta da baixa fecundidade e do aumento da longevidade, **os grupos de pessoas com idades até 15 anos continuam com taxas de crescimento decrescentes**, enquanto os grupos etários superiores à idade de 20 anos apresentam taxas crescentes, incluindo os grupos mais idosos (Tabela 3).

Neste sentido, percebe-se que **o município de Uberlândia vive um importante momento demográfico**, com mais pessoas em idades produtivas, que, se acompanhado com políticas voltadas a consistente desenvolvimento econômico, implementando-se programas de educação ampla, colocará o município entre aqueles que oferecem oportunidades e qualidade de vida.

As mulheres formavam o maior contingente dos residentes em Uberlândia-MG. Desde 1970, conta-se em torno de 96 homens, para cada grupo de 100 mulheres. Somente no meio rural, onde reside baixa parcela da população, pode-se encontrar 121 homens para grupo de 100 mulheres.

Os dados demográficos destacam que a população uberlandense ainda cresce num ritmo acentuado e, mantidos os atuais níveis de natalidade e mortalidade, bem como os movimentos migratórios, o município poderá dobrar de tamanho, **atingindo um milhão de habitantes, por volta do ano 2020**.

Algumas informações sobre **IMIGRAÇÃO** mostram, desde 1991, que **a maior parte da população uberlandense é composta por imigrantes**, pessoas nascidas em outros municípios, principalmente nos municípios mineiros localizados no Triângulo Mineiro (Tabela 5).

O Censo Demográfico de 2000 confirmou a posição de Uberlândia como espaço de atração populacional, mostrando que, naquele ano, 21,4% da população residente resultava de nascidos em outros estados, com maior participação de goianos e paulistas, e 31,3% de pessoas naturais de outros municípios do próprio estado (Tabelas 5 e 6).

Nos anos 70, considerando os municípios mais dinâmicos do Triângulo Mineiro, Uberlândia recebeu maior contingente de pessoas do município de Ituiutaba-MG, enquanto nos anos 80, Patos de Minas foi o município que mais migrantes forneceu a Uberlândia (Figura 1).

Os imigrantes residentes no município em 1996, com quatro anos ou mais de idade, vieram em sua maioria dos demais municípios de Minas Gerais. Goiás foi o segundo estado maior fornecedor de migrantes interestaduais para o município, sendo seguido por São Paulo, Bahia, Mato Grosso e Distrito Federal (Figura 2).

A Pesquisa das Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia (CEPES), realizada em 2001, mostrou o padrão de origem dos imigrantes: mais de 50% vindos de outros municípios mineiros, principalmente do entorno, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e outra parcela significativa de emigrantes do estado de Goiás. O motivo que fomentou o movimento migratório dos responsáveis pelas famílias, pesquisados em 2001, foi, em sua maioria, procura por trabalho, como mostra a Figura 3. Dos imigrantes que chegaram a Uberlândia, 64,6% vieram em busca de emprego. O segundo motivo com maior participação: acompanhamento de parentes, mostrou que 21,5% dos responsáveis pelas famílias mudaram para Uberlândia acompanhando outro parente que, certamente, também chegou em busca de emprego, educação e outros recursos que este município oferece.

A interação populacional confirma-se, de certa maneira, pelo movimento rodoviário intermunicipal de passageiros que embarcaram e desembarcaram no Terminal Rodoviário de Uberlândia, entre os anos de 1980 a 2000. A lista de vinte e

um municípios com maior participação no total de passageiros que transitaram pela rodoviária uberlandense confirma a forte interação deste município com alguns municípios do entorno. O município de Araguari-MG participou com aproximadamente 25% do total de passageiros que se movimentaram no período, certamente grande parte resultou de movimentos pendulares, ou seja, moradores de Araguari e Uberlândia que diariamente se movimentam em busca de trabalho, educação e saúde, prioritariamente. Itumbiara-GO, Ituiutaba-MG, Uberaba-MG e São Paulo-SP completam a lista dos cinco municípios com maior interação de passageiros rodoviários transportados entre os diversos municípios e Uberlândia – MG (Quadro 1).

Tabela 1 - População uberlandense, por grupo etário e sexo, calculada para 1º de julho, com base nos Censos Demográficos (1980, 1991 e 2000) e estimativa** para o ano de 2007.*

Grupos etários	População no meio do ano de referência, por sexo e total											
	01/07/1980			01/07/1991			01/07/2000			Estimativa para 1/ 7/ 2007		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	14.991	14.462	29.453	19.229	18.135	37.365	21.149	20.032	41.181	22.775	21.643	44.417
5 - 9	12.970	12.636	25.606	19.482	18.605	38.087	22.284	21.191	43.475	24.739	23.449	48.188
10 - 14	13.227	13.051	26.278	19.228	19.077	38.306	23.288	22.661	45.949	27.030	25.907	52.937
15 - 19	14.681	15.156	29.837	18.103	17.870	35.973	24.794	24.712	49.505	31.665	31.797	63.463
20 - 24	13.537	13.984	27.521	17.984	18.678	36.662	25.295	25.991	51.285	32.990	33.605	66.596
25 - 29	10.873	11.074	21.947	17.671	18.813	36.484	22.399	22.795	45.193	26.934	26.465	53.400
30 - 34	8.173	8.363	16.537	15.580	16.665	32.275	20.822	22.013	42.835	26.030	27.295	53.385
35 - 39	6.607	6.759	13.366	12.880	13.874	26.754	19.745	21.632	41.377	27.527	30.560	58.087
40 - 44	5.998	6.210	12.209	10.274	10.905	21.179	16.845	18.661	35.506	24.744	28.340	53.084
45 - 49	4.850	4.841	9.691	7.929	8.402	16.331	13.568	14.586	28.153	20.604	22.400	43.004
50 - 54	3.974	4.119	8.093	6.054	6.270	12.324	10.219	11.006	21.225	15.355	17.048	32.402
55 - 59	2.886	3.078	5.965	5.062	5.795	10.858	7.357	7.977	15.334	9.840	10.227	20.067
60 - 64	2.057	2.363	4.419	3.816	4.410	8.226	5.846	6.953	12.799	8.145	9.908	18.053
65 - 69	1.448	1.697	3.145	2.794	3.279	6.073	4.285	5.049	9.334	5.976	7.062	13.038
70 - 74	876	1.069	1.944	1.510	2.046	3.555	2.883	3.843	6.726	4.769	6.274	11.043
75 - 79	578	703	1.282	971	1.398	2.369	1.862	2.426	4.289	3.090	3.726	6.816
80 e mais	450	586	1.036	728	1.152	1.880	1.612	2.446	4.057	2.992	4.391	7.383
Total da população	118.178	120.150	238.328	179.295	185.406	364.701	244.252	253.972	498.224	315.256	330.097	645.353

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 - IBGE.

** Elaboração e Estimativa Populacional – CEPES/IEUFU.

Tabela 2 – Informações demográficas de Uberlândia (MG): 1970-2007.

Anos censitários	1970	1980	1991	2000	Estimativa Populacional ³ 2007 *
População Residente¹					
Total	126.112	240.967	367.062	501.214	645.353
Homens	61.927	119.508	180.426	245.701	315.256
Mulheres	64.185	121.459	186.636	255.513	330.097
<i>Minas Gerais</i>	11.487.415	13.378.553	15.743.152	17.891.494	
<i>Brasil</i>	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170	
Taxa de Crescimento (%)²					
		1970/1980	1980/1991	1991/2000	
População Total		6,7	3,9	3,5	
Homens		6,8	3,8	3,5	
Mulheres		6,6	4,0	3,6	
<i>Minas Gerais</i>		1,5	1,5	1,4	
<i>Brasil</i>		2,5	1,9	1,6	
Informações diversas					
Grau de Urbanização (%)	89,3	96,1	97,6	97,6	
Densidade Demográfica	30,7	58,7	89,5	122,1	
Taxa de Dependência	71,1	59,2	53,7	41,2	
Taxa de Dependência de Jovens	65,8	54,2	47,9	36,9	
Taxa de Dependência de Idosos	5,2	4,9	5,8	4,3	
População 0 a 14 anos (%)	38,5	34,1	31,1	26,1	
População 15 a 64 anos (%)	58,5	62,8	65,0	70,8	
População 65 anos e mais (%)	3,1	3,1	3,8	3,0	
Idade Mediana					
População Total	19,9	21,5	24,5	27,0	
Homens	19,6	21,2	23,8	26,2	
Mulheres	20,2	21,7	25,1	27,8	
População urbana	20,1	21,5	24,5	27,0	
População rural	18,3	20,1	23,2	30,8	
Índice de envelhecimento (%)					
População Total	7,9	9,1	12,2	18,8	
Homens	7,1	8,2	10,4	16,1	
Mulheres	8,8	10,1	14,1	21,7	
População urbana	8,2	9,2	12,3	18,9	
População rural	5,7	7,4	9,9	16,9	
Razões de Sexo (%)					
População Total	96,5	98,4	96,7	96,2	
População urbana	94,2	97,4	96,2	95,6	
População rural	118,2	126,9	116,6	121,1	

1 Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000

Elaboração CEPES/IEUFU

Indicadores calculados pelo CEPES/IEUFU

- 2 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População
- 3 Estimativa de população para 1/7/2007
- 4 Grau de Urbanização = % da população residente no meio urbano
- 5 Densidade Demográfica = número de habitantes por km²
- 6 Taxa de Dependência = número de habitantes com idades entre 0 a 14 anos e com 65 anos e mais, para cada grupo de 100 habitantes com idades entre 15 e 64 anos
- 7 Taxa de Dependência de Jovens = número de habitantes com idades entre 0 a 14 anos, para cada grupo de 100 habitantes com idades entre 15 e 64 anos
- 8 Taxa de Dependência de Idosos = número de habitantes com idades de 65 anos e mais, para cada grupo de 100 habitantes com idades entre 15 e 64 anos
- 9 Idade Mediana = idade que divide a população residente em dois grupos iguais em número de pessoas.
- 10 Índice de Envelhecimento = número de pessoas com idades acima de 65 anos para cada grupo de 100 pessoas com idades inferiores a 14 anos.
- 11 Razões de Sexo = número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

Gráfico 1 - Estrutura etária e sexo da população de Uberlândia: 1970-2000.



Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 - IBGE.

** Elaboração e Estimativa Populacional - CEPES/IEUFU

Tabela 3 - Taxa geométrica de crescimento anual* da População Uberlandense, por grupo etário e sexo, com base nos Censos Demográficos.

Grupos etários	Taxa geométrica de crescimento anual (%)					
	Período 1980 / 1991			Período 1991 / 2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	2,29	2,08	2,19	1,06	1,11	1,09
5 - 9	3,77	3,58	3,68	1,50	1,46	1,48
10 - 14	3,46	3,51	3,49	2,15	1,93	2,04
15 - 19	1,92	1,51	1,71	3,56	3,67	3,61
20 - 24	2,62	2,67	2,64	3,86	3,74	3,80
25 - 29	4,51	4,94	4,73	2,67	2,16	2,41
30 - 34	6,04	6,49	6,27	3,27	3,12	3,20
35 - 39	6,26	6,76	6,51	4,86	5,06	4,96
40 - 44	5,01	5,25	5,14	5,65	6,15	5,91
45 - 49	4,57	5,14	4,86	6,15	6,32	6,24
50 - 54	3,90	3,89	3,90	5,99	6,45	6,23
55 - 59	5,24	5,92	5,60	4,24	3,61	3,91
60 - 64	5,78	5,84	5,81	4,85	5,19	5,03
65 - 69	6,16	6,17	6,17	4,87	4,91	4,89
70 - 74	5,08	6,08	5,64	7,45	7,26	7,34
75 - 79	4,82	6,44	5,74	7,50	6,32	6,82
80 e mais	4,46	6,34	5,57	9,24	8,72	8,92
Total da população	3,86	4,02	3,94	3,49	3,56	3,53

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 - IBGE.

* Calculada pelo CEPES/IEUFU.

Tabela 4 - População total, urbana e rural dos maiores Municípios de Minas Gerais: 1991 e 2000.

Município	População Total		População Urbana		População Rural	
	1.991	2.000	1.991	2.000	1.991	2.000
Belo Horizonte (MG)	2.020.161	2.238.526	2.013.257	2.238.526	6.904	-
Contagem (MG)	449.588	538.017	419.975	533.330	29.613	4.687
Uberlândia (MG)	367.061	501.214	358.165	488.982	8.896	12.232
Juiz de Fora (MG)	387.523	456.796	381.530	453.002	5.993	3.794
Montes Claros (MG)	250.062	306.947	227.759	289.183	22.303	17.764
Betim (MG)	170.934	306.675	162.143	298.258	8.791	8.417
Uberaba (MG)	208.585	252.051	200.705	244.171	7.880	7.880
Patos de Minas (MG)	102.946	123.881	87.403	111.333	15.543	12.548
Ituiutaba (MG)	84.577	89.091	78.205	83.853	6.372	5.238
Araxá (MG)	69.911	78.997	67.972	77.743	1.939	1.254
Patrocínio (MG)	60.753	73.130	47.230	63.000	13.523	10.130
Frutal (MG)	41.424	46.566	33.232	39.012	8.192	7.554

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 5 - População residente em Uberlândia, por local de nascimento: 1991 e 2000.

Local de nascimento	1991	Proporção população residente em 1991 (%)	2000	Proporção população residente em 2000 (%)
Uberlândia	181.671	49,49	237.198	47,32
Outros Municípios de MG	116.335	31,69	156.750	31,27
Demais Municípios brasileiros	68.272	18,60	106.436	21,24
Exterior	784	0,21	830	0,17
TOTAL	367.062	100,00	501.214	100,00

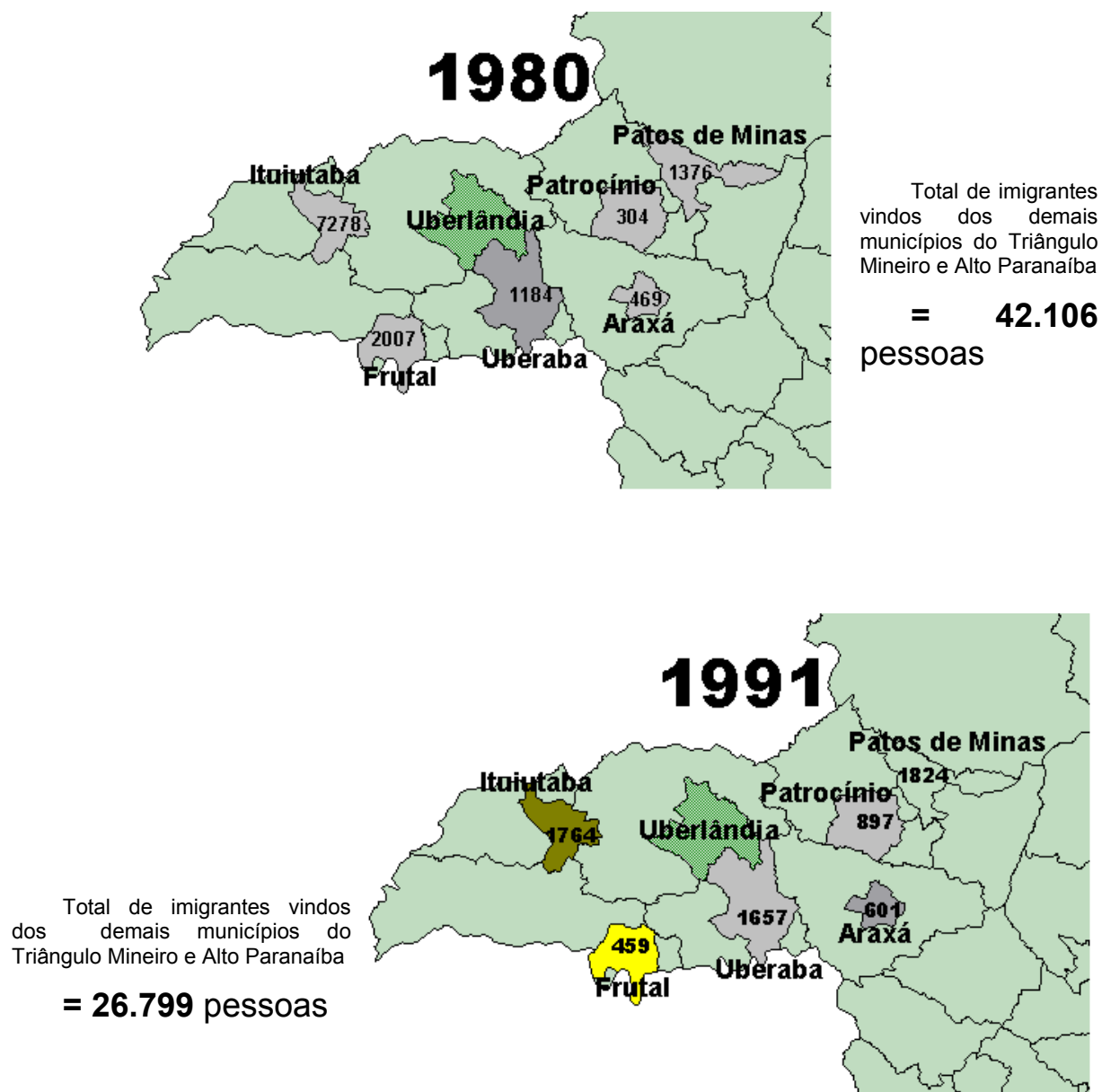
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991
Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 6 - Imigrantes – pessoas residentes no município de Uberlândia por Unidade da Federação de nascimento: 2000.

Unidades da Federação	Total	Participação Relativa (%)	Proporção população residente em 2000 (%)
REGIÃO SUDESTE*	179.582	68,0	35,83
Espírito Santo	537	0,2	0,11
Rio de Janeiro	2.025	0,8	0,40
São Paulo	20.270	7,7	4,04
Minas Gerais	156.750	59,4	31,27
REGIÃO CENTRO-OESTE	50.131	19,0	10,00
Mato Grosso do Sul	716	0,3	0,14
Mato Grosso	2.186	0,8	0,44
Goiás	45.125	17,1	9,00
Distrito Federal	2.104	0,8	0,42
REGIÃO SUL	6.285	2,4	1,25
Paraná	4.056	1,5	0,81
Santa Catarina	749	0,3	0,15
Rio Grande do Sul	1.480	0,6	0,30
REGIÃO NORDESTE	25.062	9,5	5,00
Maranhão	1.920	0,7	0,38
Piauí	1.017	0,4	0,20
Ceará	2.133	0,8	0,43
Rio Grande do Norte	6.836	2,6	1,36
Paraíba	3.324	1,3	0,66
Pernambuco	2.328	0,9	0,46
Alagoas	708	0,3	0,14
Sergipe	182	0,1	0,04
Bahia	6.614	2,5	1,32
REGIÃO NORTE	2.956	1,1	0,59
Rondônia	489	0,2	0,10
Acre	55	0,0	0,01
Amazonas	276	0,1	0,06
Roraima	12	0,0	0,00
Pará	1.271	0,5	0,25
Amapá	7	0,0	0,00
Tocantins	846	0,3	0,17
TOTAL	264.016	100,0	52,68

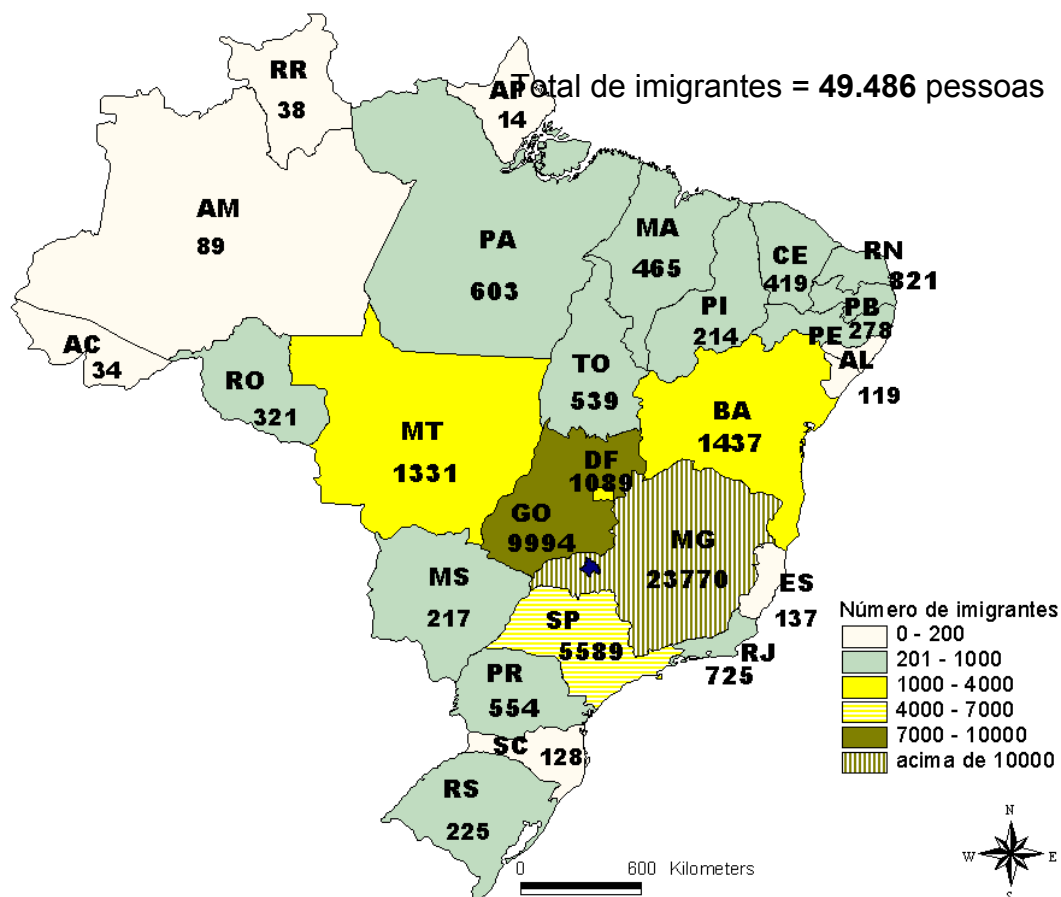
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000. Elaboração CEPES/IEUFU.
* Minas Gerais - movimento migratório dos demais municípios mineiros.

Figura 1 - Imigrantes no município, em 1980 e 1991, com menos de dez anos de residência, por município-pólo de residência anterior, considerando as Microrregiões pertencentes ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.



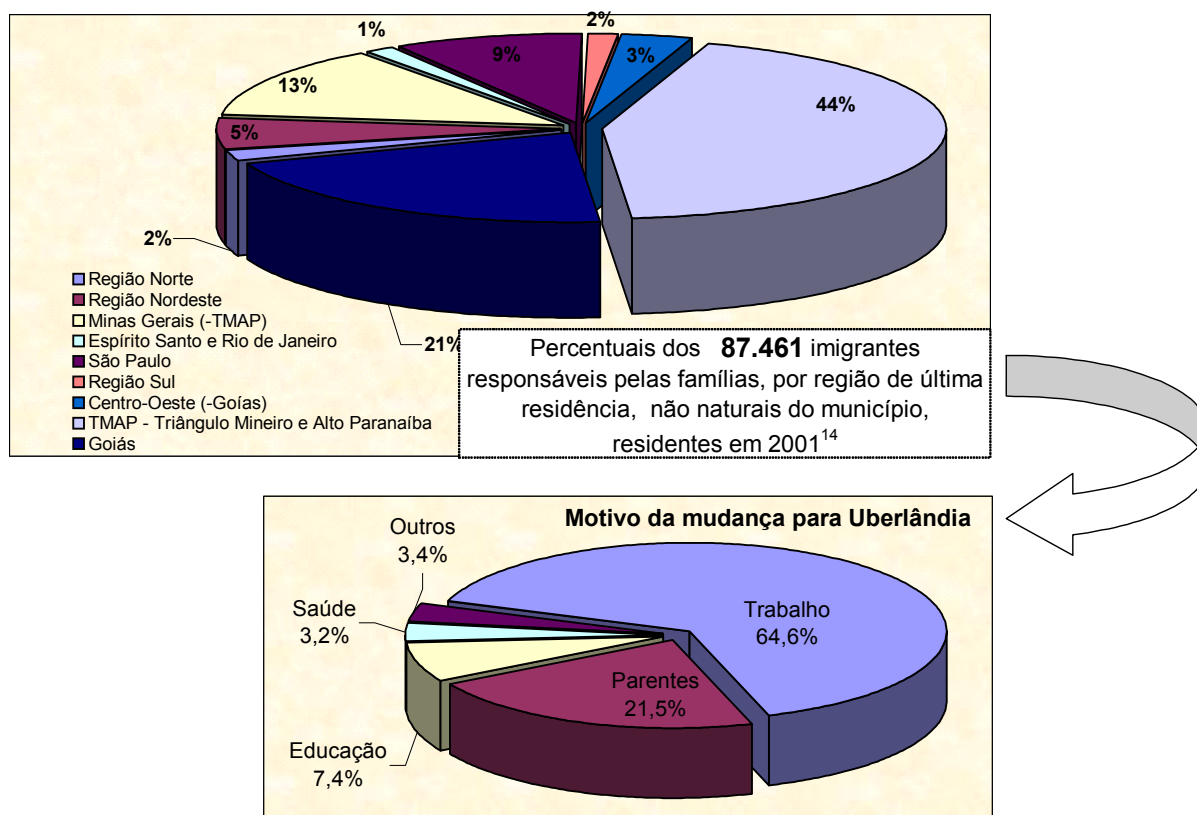
Fonte: Ferreira, E. W. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: características dos fluxos imigratórios (1980-91). Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UFU, 1998. Elaboração CEPES/IEUFU.

Figura 2 - Imigrantes residentes no município, em 1996, com 4 anos ou mais de idade, por Estado onde residiam em 1991.



Fonte: IBGE – Contagem Populacional de 1996.
 Elaboração CEPES/IEUFU.

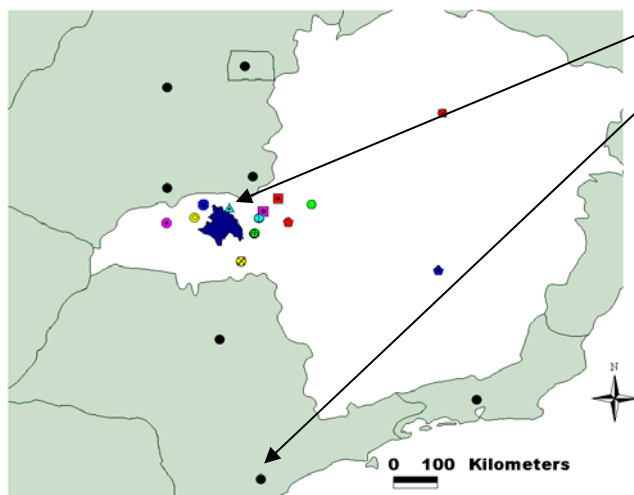
Figura 3 – Percentual de imigrantes por região de origem e motivo da mudança para Uberlândia: 2001.



Fonte: Pesquisa Condições Sócio-econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/IEUFU, 2001.
Elaboração CEPES/IEUFU.

Quadro 1

Transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, 1980-2000¹⁵
 Estimativa total do embarque e desembarque no Terminal Rodoviário
 Por cidades de origem com maior participação



Código	Cidade	Estado	%
1	ARAGUARI	MG	24,96
2	ITUMBIARA	GO	12,70
3	ITUIUTABA	MG	12,17
4	UBERABA	MG	11,07
5	SÃO PAULO	SP	7,84
6	GOIANIA	GO	7,51
7	BELO HORIZONTE	MG	6,73
8	RIBEIRAO PRETO	SP	4,57
9	TUPACIGUARA	MG	3,55
10	MONTE ALEGRE	MG	2,31
11	PATOS DE MINAS	MG	1,67
12	MONTES CLAROS	MG	1,42
13	PATROCINIO	MG	1,03
14	CATALAO	GO	0,82
15	BRASILIA	DF	0,79
16	MONTE CARMELO	MG	0,32
17	COROMANDEL	MG	0,22
18	ROMARIA	MG	0,19
19	NOVA PONTE	MG	0,06
20	RIO DE JANEIRO	RJ	0,04
21	CACHOEIRA DOURADA	GO	0,03
Mais de 40.000.000 de pessoas se movimentaram no período, com origem ou destino em Uberlândia e nas demais 21 cidades			100

Fonte: Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco, de Uberlândia – MG e TRICON - Triângulo Concessões Ltda (de 1996 a 2000). Elaboração CEPES/IEUFU.

2 – Natalidade e Mortalidade

Ester William Ferreira

A análise das variáveis demográficas Natalidade e Mortalidade, para o município de Uberlândia, evidencia uma realidade próxima à vivida por regiões desenvolvidas, em termos econômicos e sociais, onde se registra a diminuição no número de nascimentos, bem como no número de mortes na população. Quando comparados os resultados com aqueles apresentados por Minas Gerais e Brasil, constata-se que a velocidade de queda da natalidade e da mortalidade é maior para o município. Com nascimentos menores que o necessário para a reposição populacional, e mortalidade em declínio, em termos proporcionais, juntamente com esperança de vida dilatada, o perfil da população residente em Uberlândia tenderá a uma configuração envelhecida, nas próximas décadas, somente desacelerada pela migração de jovens que aqui chegam em busca de educação e emprego, prioritariamente.

A **Taxa de Mortalidade Infantil**, que expressa o número de óbitos de crianças, menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente, decresceu significativamente ao longo dos anos considerados, saindo de 81,2 óbitos por mil habitantes, em 1970, para 20 óbitos/mil em 2000. Desde 1980, Uberlândia já apresentava uma taxa de mortalidade infantil inferior (46,8 por mil) às apresentadas por Minas Gerais (75,7) e Brasil (79,9). Em 1991, essa taxa caiu para 23,1 por mil, enquanto no estado decresceu para 37,0 e, no Brasil, para 45,3. Em 2000, a mortalidade infantil em Uberlândia foi de 20 por mil, o menor valor registrado até então, e inferior aos resultados recentes para Minas Gerais e Brasil, que, em 2004, apresentaram taxas de 22,5 e 26,6 por mil, respectivamente (Tabela 1).

Apesar dessa melhora significativa, certamente reflexo das políticas públicas adotadas ao longo dos anos 90 enfatizando melhoras no pré-natal e ampliação do acesso da população à rede de saúde, ainda há muito que fazer. A taxa de mortalidade infantil ainda está acima dos índices dos países desenvolvidos (países da Europa têm taxas que giram em torno de 5 por mil) e mesmo de países da América Latina como Argentina (18,3 por mil) e Chile (9,6 por mil), segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU.

A queda da taxa de mortalidade infantil foi um dos fatores que mais contribuíram para o aumento da **esperança de vida ao nascer** ao longo dos anos considerados. Esse indicador expressa o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente. Em 1970, a expectativa de vida, em Uberlândia, era de 54,4 anos. Em 1980, esse valor subiu para 61 anos, inferior ao apresentado para Minas Gerais (63,5) e Brasil (61,9). Em 1991, a esperança de vida no município aumentou para 70,5 anos, superior às estimativas do estado (66,9) e do País (66,0). Em 2000, a esperança de vida no município atinge 73,1 anos, enquanto em Minas é de 70,5 anos e no Brasil, de 70,4 anos. Nesse processo contínuo de elevação, a esperança de vida chega a atingir, em 2004, 73,8 anos no estado e 71,7 anos, no País. (Gráfico 1).

Os resultados quanto à **Taxa de Fecundidade Total**, definida como o número médio de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher durante o período reprodutivo (15 a 44 anos), na população residente, mostram que a população brasileira tem cada vez menos filhos. Em 1980, a taxa de fecundidade total girava em torno de 4 filhos por mulher, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Em 1991, observa-se uma sensível queda nessa taxa, que passa para 2,9 e 2,5 filhos, respectivamente. Em Uberlândia, a taxa de fecundidade total registrada, em 1991, foi de 2,3 filhos, já inferior às apresentadas para o estado e para o País. Em 2000, o número de filhos por mulher mostra-se ainda menor no município (1,9), inferior, inclusive, à chamada taxa de reposição cujo valor é de 2,1 filhos. As taxas registradas para Brasil e Minas Gerais, em 2004, refletem a continuidade desse processo: 2,3 e 2,0 filhos, respectivamente.

A **Taxa Bruta de Natalidade** – número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente – foi obtida somente para o ano 2000 devido à inexistência de informações consistentes para os anos censitários anteriores. O resultado de 17,1 por mil é inferior ao apresentado para o Estado de Minas Gerais e Brasil cujos valores, em 2004, foram de 17,5 e 20,6 por mil, explicitando a diminuição que vem ocorrendo no número de nascidos vivos nos últimos anos como reflexo da queda da fecundidade.

Quando são observadas as informações sobre o número de nascimentos por idade da mãe, percebe-se uma tendência diferenciada. Os dados revelam o crescimento na quantidade de crianças nascidas de mulheres mais jovens (15 a 19 anos). O número de filhos nascidos vivos de mulheres com idades entre 20 a 24 anos apresentou decréscimo no período, aproximando-se dos resultados observados em 1998. No entanto, o número de filhos vivos de mulheres com idades entre 25 a 39 anos, tem apresentado crescimento desde 1998, sugerindo que as mulheres estão reduzindo o número de filhos e os gerando em idades mais avançadas (Tabelas 2 e 3).

Vale destacar ainda que, apesar de pequeno o número de nascidos vivos de mulheres entre 10 e 14 anos, a gravidez na adolescência e suas implicações sociais, demográficas e relativas à saúde da mãe e da criança, são questões que merecem discussão e tomada de decisão por parte do poder público, bem como pelos demais setores da sociedade.

Quanto à **Taxa Bruta de Mortalidade** – número de óbitos, por mil habitantes, na população residente –, o município vem registrando resultados decrescentes nos últimos vinte anos. Em 1980, enquanto os valores eram de 8,4 por mil e 9,0 para o estado e País, respectivamente, em Uberlândia a taxa já era menor (6,1). Em 1991, este valor caiu para 5,3. Em Minas Gerais e Brasil, as taxas reduziram-se para 7,0 e 7,5, respectivamente. Em 2000, a taxa bruta de mortalidade em Uberlândia diminuiu para 4,7 por mil. O valor apresentado para Minas Gerais também apresentou queda chegando a 6,5 por mil, enquanto para o Brasil caiu para 6,3 por mil. Os resultados para o município, portanto, acompanham a tendência de queda da taxa bruta de mortalidade verificada no estado e no País.

Importante destacar que, embora haja uma tendência geral de diminuição da mortalidade, esse quadro não é homogêneo entre os vários grupos etários. As **Taxas Específicas de Mortalidade**, que se referem ao risco de morte em cada idade ou em cada faixa etária, mostram que houve, no período 1980-2000, significativa redução proporcional das mortes entre as crianças de 0 a 4 anos de idade para ambos os sexos, certamente reflexo da queda da mortalidade infantil no grupo “menor de 1 ano de idade”. Os outros grupos etários também apresentaram redução na taxa de mortalidade, com exceção do grupo “15 a 19 anos” para a

população masculina cujas taxas aumentaram em 2000 relativamente a 1980 e 1991. Na análise das causas de morte nesse grupo, ocupam o primeiro lugar as “causas externas”, que se referem às mortes decorrentes de agressões, acidentes, homicídios, entre outras (Gráficos 2 a 4).

O estudo das informações de **óbitos por residência** ocorridos em Uberlândia no período 1980-2005 revela mudanças no padrão da mortalidade por causas, considerando também a inter-relação com a idade e o sexo dos indivíduos.

No Gráfico 5, é possível observar que, em 1980, as cinco principais causas de morte proporcionais no município eram: “doenças do aparelho circulatório” (25,6%), “doenças infecciosas e parasitárias” (15,9%), “causas externas” ou violentas (11,4%), “neoplasias” ou tumores (11,1%) e “doenças do aparelho respiratório” (8,1%). Em 2005, perderam importância relativa os óbitos por doenças infecto-parasitárias (9,1%). Contudo, as “doenças do aparelho circulatório” (30,4%) ainda se destacaram como primeira causa de morte. Em seguida, foi registrada maior participação relativa das mortes por “neoplasias” (16,3%), por “causas externas” (12,5%) e, por fim, as mortes devido a “doenças do aparelho respiratório” (10,1%).

Detalhadas as causas de morte por sexo, nota-se, no Gráfico 6, que mortes por causas externas são bem mais significativas para homens, enquanto que nas demais causas a distribuição proporcional se aproxima entre os sexos. Conforme será apresentado, a seguir, o número de mortes masculinas nas idades mais jovens, por causa externa, é bastante superior ao número de mortes femininas.

A partir do número de óbitos por grupos etários selecionados (menor de 1 ano de idade, 15 a 29 anos e 65 anos e mais) foram também analisadas as cinco principais causas de morte em 1980 e 2005, a fim de verificar se houve variação no padrão de causas no período.

Entre as crianças menores de um ano de idade observou-se que, tanto em 1980 quanto em 2005, as “afecções originadas no período perinatal” foram a primeira causa de morte com participação relativa de 53,0% e 62,3%, respectivamente. As “doenças infecciosas e parasitárias”, que, em 1980, ocupavam o segundo lugar (14,4%), em 2005 passaram para a quarta posição e num percentual significativamente mais baixo (2,8%). Contudo, observa-se um aumento

da mortalidade por má formação congênita. Em 1980, a participação relativa dos óbitos por essa causa de morte era de 8,7% e, em 2005, foi de 27,4% (Gráfico 7).

No grupo 15 a 29 anos, a principal causa de morte foram as “causas externas” cuja proporção passou de 46,0%, em 1980, para 67,5% em 2005, como mostra o Gráfico 8. Todas as demais causas registradas perderam importância relativa no período. Importante destacar que, nesse grupo etário, a análise dos óbitos por sexo revela significativa diferenciação no padrão de mortalidade por causas.

Em Uberlândia, no ano de 2005, do total de óbitos masculinos entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, aproximadamente 76% ocorreram por “causas externas” (Gráfico 9). Para as mulheres, embora essa também tenha sido a principal causa de morte, a proporção foi menor (42,9%).

Entre a população idosa (65 anos e mais), os óbitos por “doenças do aparelho circulatório” predominam sobre os demais tanto em 1980 quanto em 2005, embora com diminuição de sua importância relativa no período: 45,3% e 37,5%, respectivamente. As mortes por “neoplasias ou tumores” aumentaram proporcionalmente em 2005 (17,6%) em relação a 1980 (12,7%), bem como as doenças do aparelho respiratório: 14,8% e 10,3%, respectivamente (Gráfico 10).

A distribuição proporcional das causas de mortes em idosos, por sexo, não apresenta grande discrepância entre homens e mulheres, conforme pode ser observado no Gráfico 11, denotando que avanços médicos no tratamento de doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, bem como no diagnóstico e tratamento de tumores, serão benéficos a ambos os sexos, garantindo-lhes longevidade com qualidade de vida.

Mesmo com a persistente queda nos indicadores de mortalidade, para a população uberlandense, a Tabela 5 mostra que programas especiais de saúde pública, incluindo saneamento e imunização, poderiam reduzir em, aproximadamente, 10% o número de óbitos, nos últimos anos, percentual significativo se a meta visada é de garantir a vida humana.

Tabela 1 - Natalidade e mortalidade: síntese dos principais indicadores - Brasil, Minas Gerais e Uberlândia: anos censitários e 2004.

Indicador	1970	1980	1991	2000	2004
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)^a					
Uberlândia	81,2	46,8	23,1	20,0	(1) 20,01
Minas Gerais	105,3	75,7	37,0	22,2	22,5
Brasil	123,2	79,9	45,3	30,1	26,6
Esperança de vida ao nascer (em anos)^b					
Uberlândia	54,4	61,0	70,5	73,1	(1) 73,1
Minas Gerais	50,6	63,5	66,9	70,5	73,8
Brasil	51,4	61,9	66,0	70,4	71,7
Taxa de Fecundidade Total (nº de filhos por mulher)^c					
Uberlândia	-	-	2,3	1,9	(1) 1,9
Minas Gerais	6,3	4,3	2,5	2,2	2,0
Brasil	6,4	4,4	2,9	2,4	2,3
Taxa Bruta de Natalidade (por mil hab.)^d					
Uberlândia	-	-	-	17,1	(1) 17,1
Minas Gerais	-	31,8	(2) 21,2	19,4	17,5
Brasil	-	30,0	(2) 23,0	21,1	20,6
Taxa Bruta de Mortalidade (por mil hab.)^e					
Uberlândia	-	6,1	5,3	4,7	(1) 4,7
Minas Gerais	-	8,4	(2) 7,0	6,5	6,0
Brasil	-	9,0	(2) 7,5	6,3	6,3

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/IPEADATA), Ministério da Saúde (DATASUS)

e Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) - para dados de Uberlândia.

Fundação João Pinheiro (FJP) - para dados de Minas Gerais e Brasil.

(1) Refere-se a 2000.

(2) Refere-se a 1992.

Notas:

a. Taxa de Mortalidade Infantil: número de óbitos de crianças, menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na

população residente.

b. Esperança de Vida ao Nascer: número médio de anos esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de

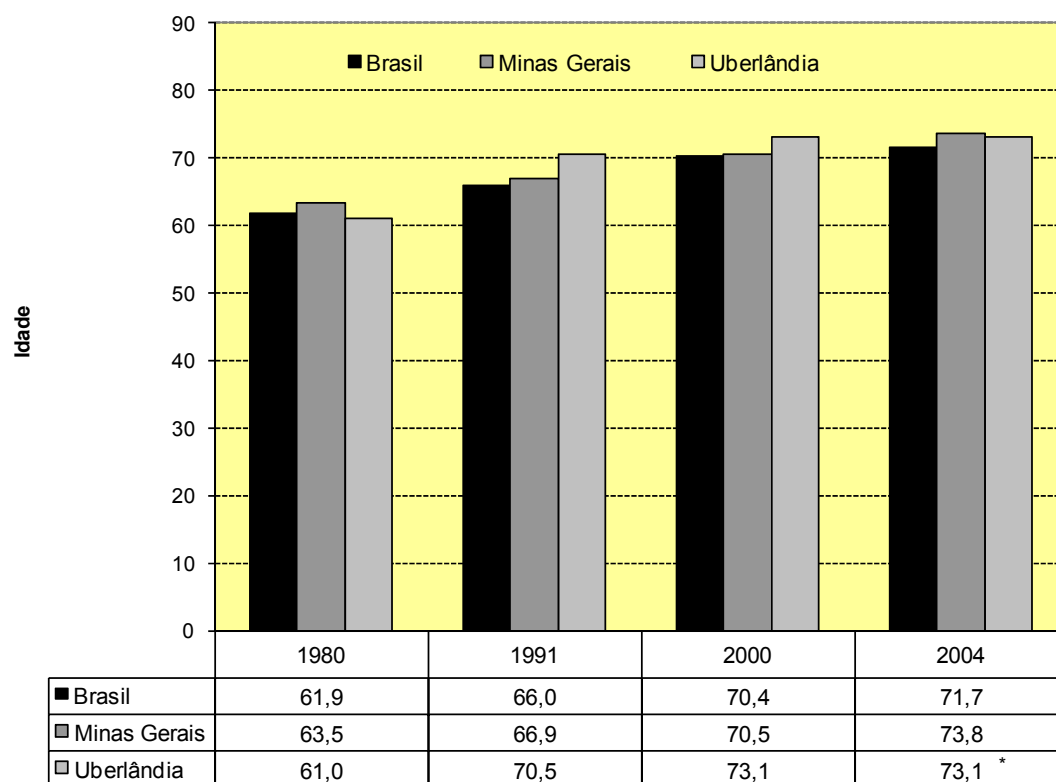
mortalidade existente, na população residente.

c. Taxa de Fecundidade Total: número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva (15 a 44 anos).

d. Taxa Bruta de Natalidade: número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente.

e. Taxa Bruta de Mortalidade: número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente.

Gráfico 1 - Esperança de Vida ao Nascer (em anos) - Brasil, Minas Gerais e Uberlândia: anos censitários e 2004.



Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) - para dados de Uberlândia.

* Refere-se a 2000.
Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 2 - Número de Nascidos Vivos por Idade da Mãe e Ano do Nascimento - Uberlândia, 1998-2005.

Idade da mãe (em anos)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
10 a 14	52	60	55	62	68	55	58	55
15 a 19	1.714	1.993	1.850	1.720	1.578	1.436	1.462	1.448
20 a 24	2.558	2.941	2.889	2.744	2.704	2.599	2.625	2.516
25 a 29	1.903	2.187	2.104	2.190	2.128	2.263	2.342	2.378
30 a 34	1.005	1.185	1.143	1.146	1.165	1.320	1.294	1.362
35 a 39	350	429	441	480	457	471	557	519
40 a 44	55	66	84	72	88	92	100	106
45 a 49	7	6	2	4	4	4	4	5
50 a 54	-	-	-	-	-	-	-	1
Idade ignorada	241	8	11	11	2	2	-	2
Total	7.885	8.875	8.579	8.429	8.194	8.242	8.442	8.392

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).
Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 3 - Indicadores de Fecundidade: 1991 e 2000.

Indicador	1991	2000
Taxa de fecundidade total	2,3	1,89
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	...	0,28
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	5,92	7,02

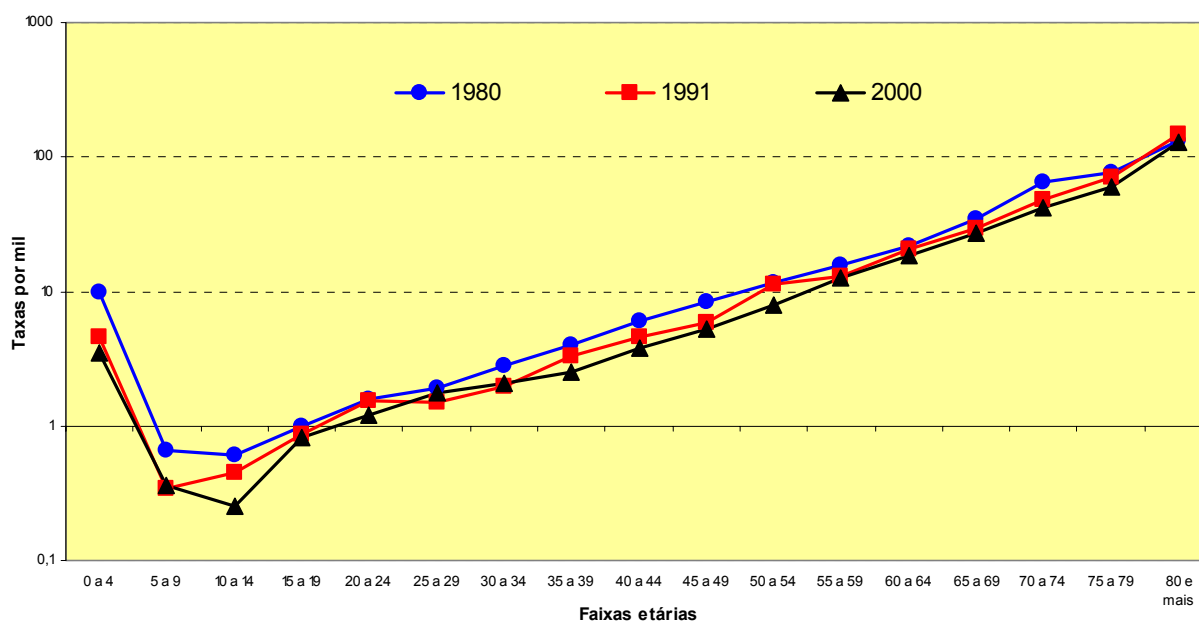
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 4 – Outros Indicadores de Mortalidade: 1991 e 2000.

Indicador	1991	2000
Mortalidade até um ano de idade	23,13	20,01
Mortalidade até cinco anos de idade	36,79	21,92
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	91,71	94,42
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	80,44	84,99

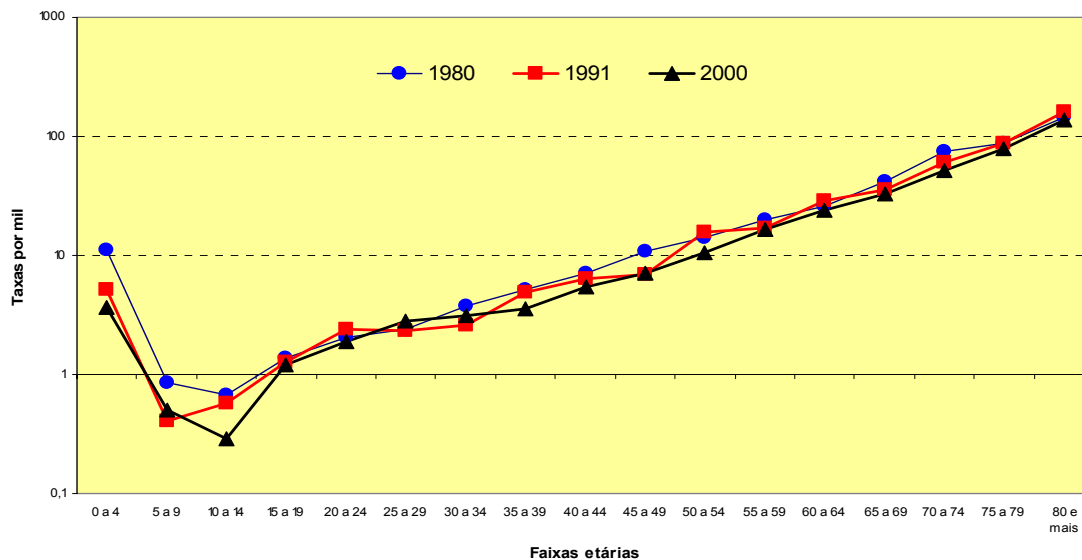
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 2 - Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia por faixas etárias: 1980, 1991 e 2000 (%).



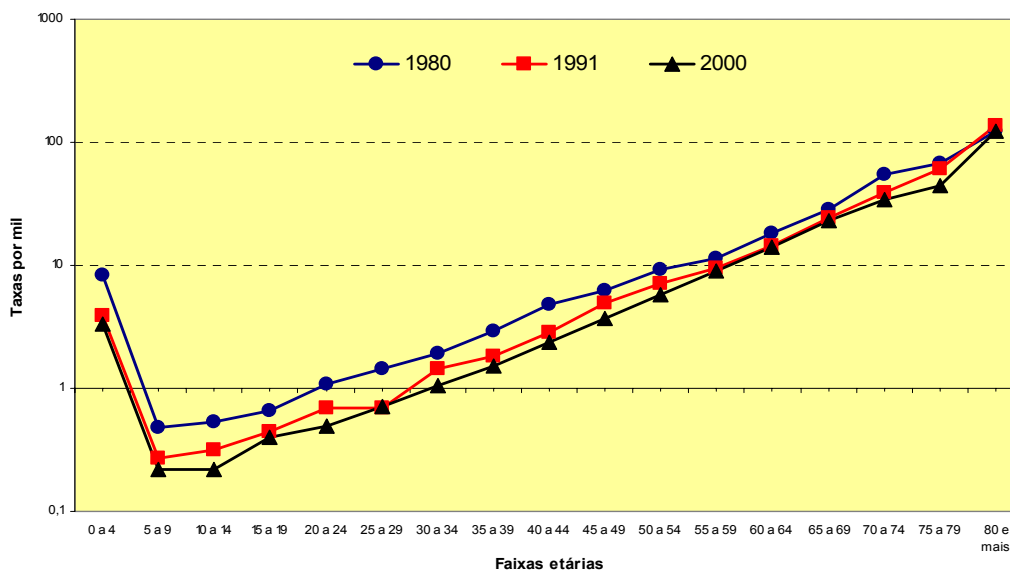
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
Tabulações especiais CEPES/IEUFU.
Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 3 - Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia para os homens por faixas etárias: 1980, 1991 e 2000 (%o).



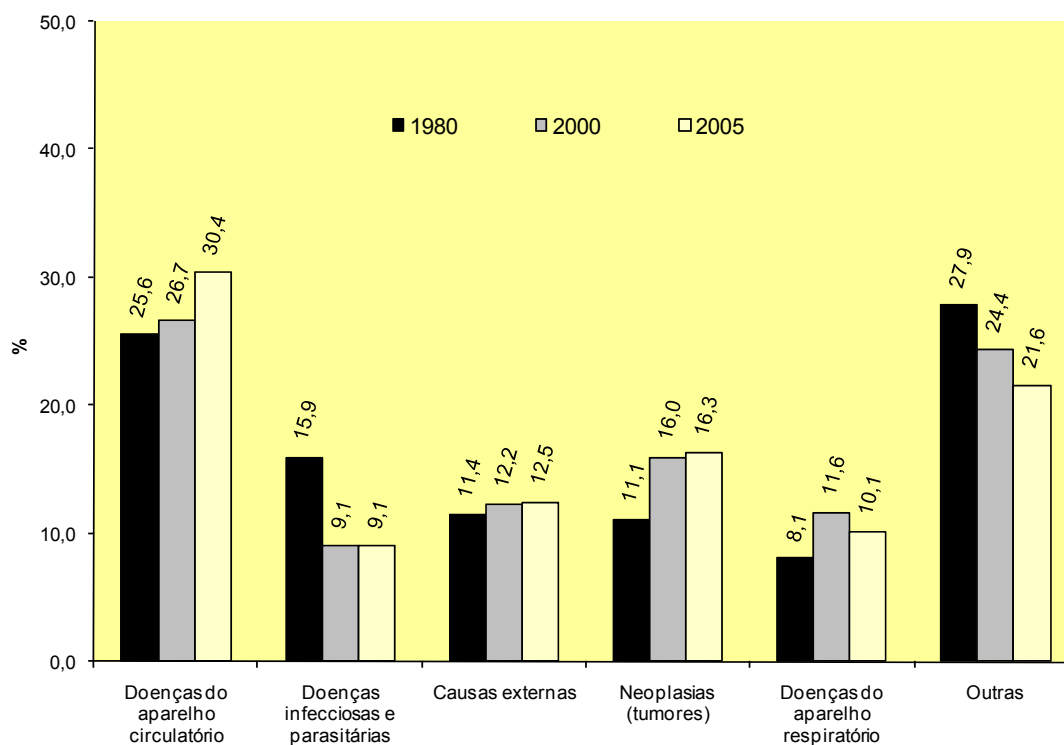
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
 Tabulações especiais CEPES/IEUFU.
 Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 4 - Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia para as mulheres por faixas etárias: 1980, 1991 e 2000 (%o).



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
 Tabulações especiais CEPES/IEUFU.
 Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 5 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte em Uberlândia – ambos os sexos: 1980, 2000 e 2005.

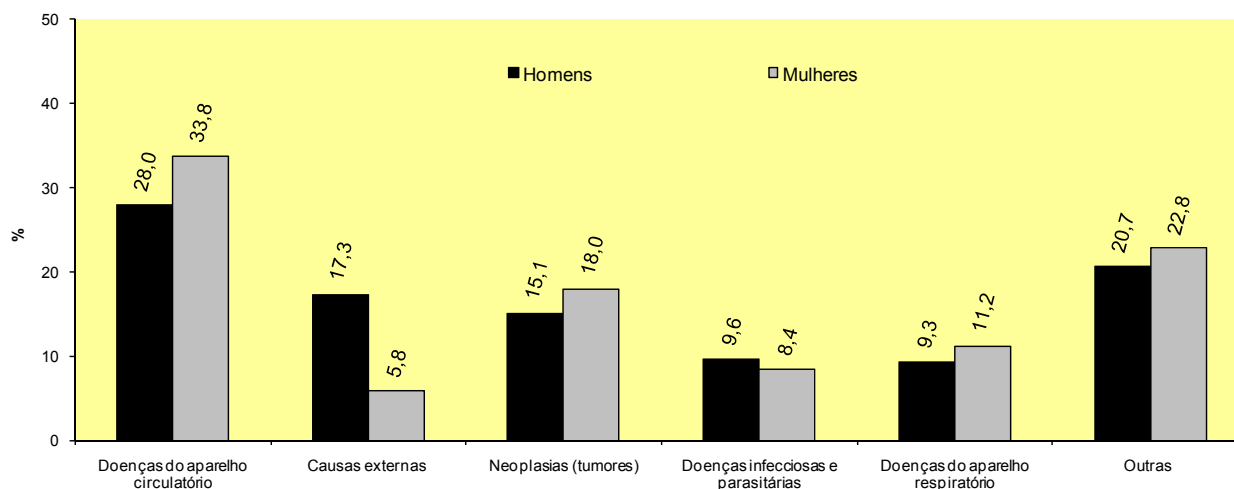


Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

OBS: A ordenação foi feita com base na distribuição dos óbitos registrados em 1980.

Elaboração CEPES/IEUFU.

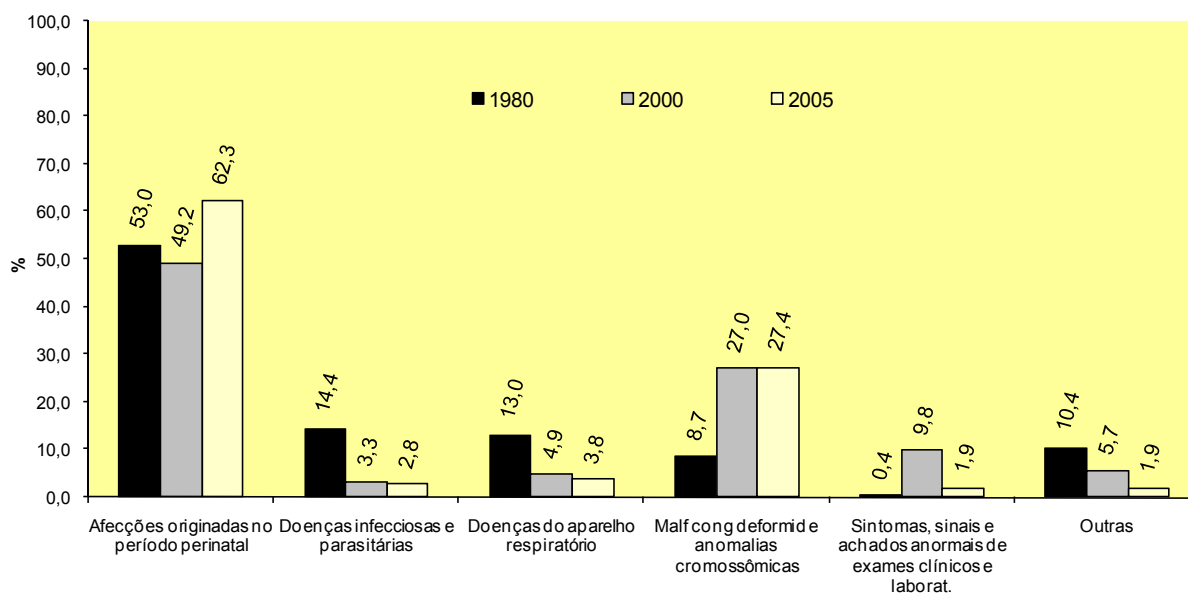
Gráfico 6 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte em Uberlândia – homens e mulheres: 2005.



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

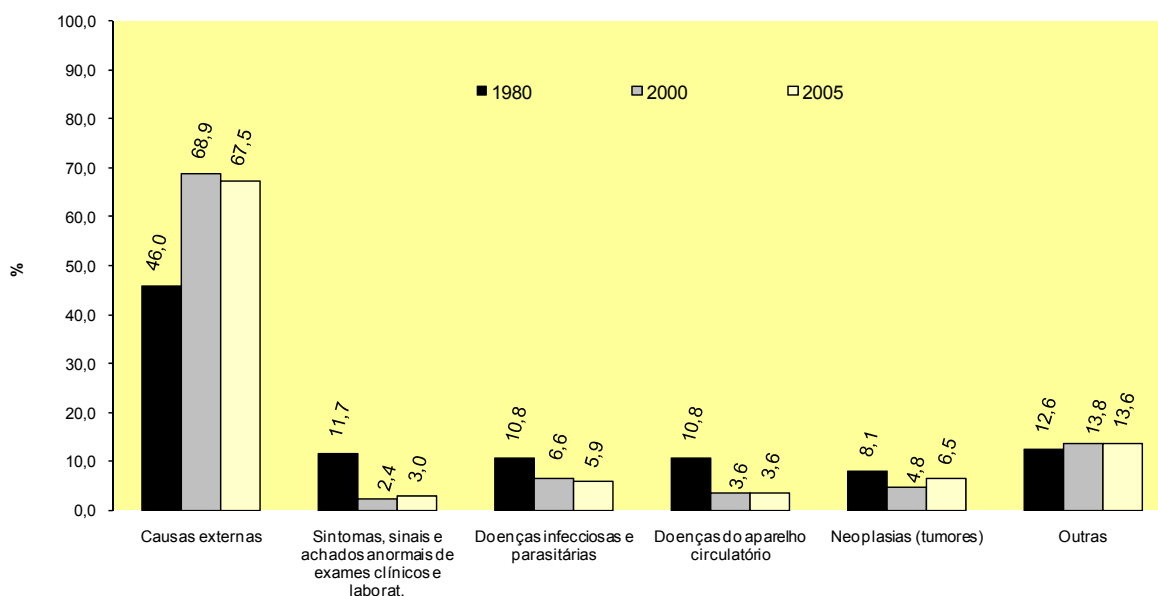
Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 7 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos menores de 1 ano de idade em Uberlândia – ambos os sexos: 1980, 2000 e 2005.



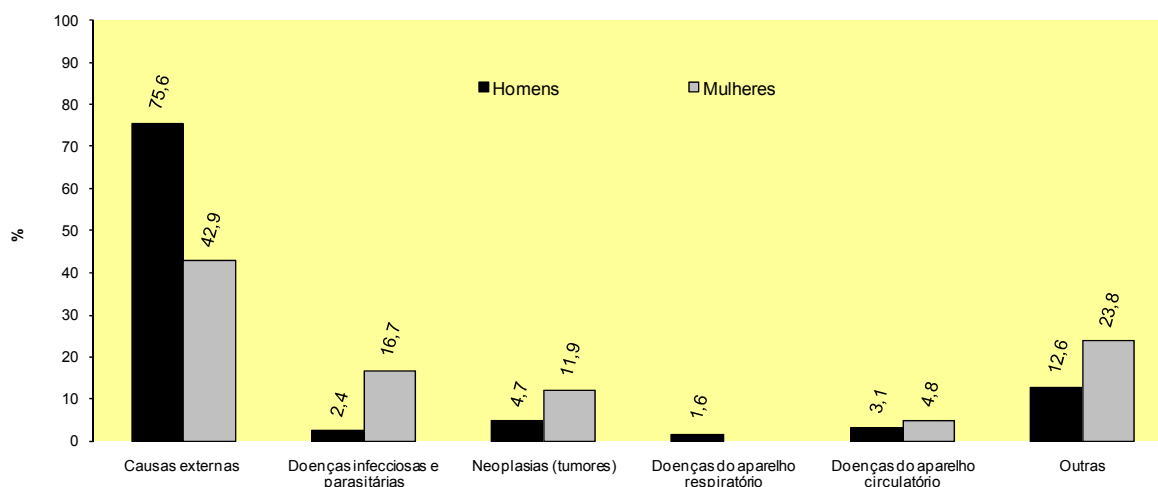
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 8 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos jovens de 15 a 29 anos em Uberlândia – ambos os sexos: 1980, 2000 e 2005.



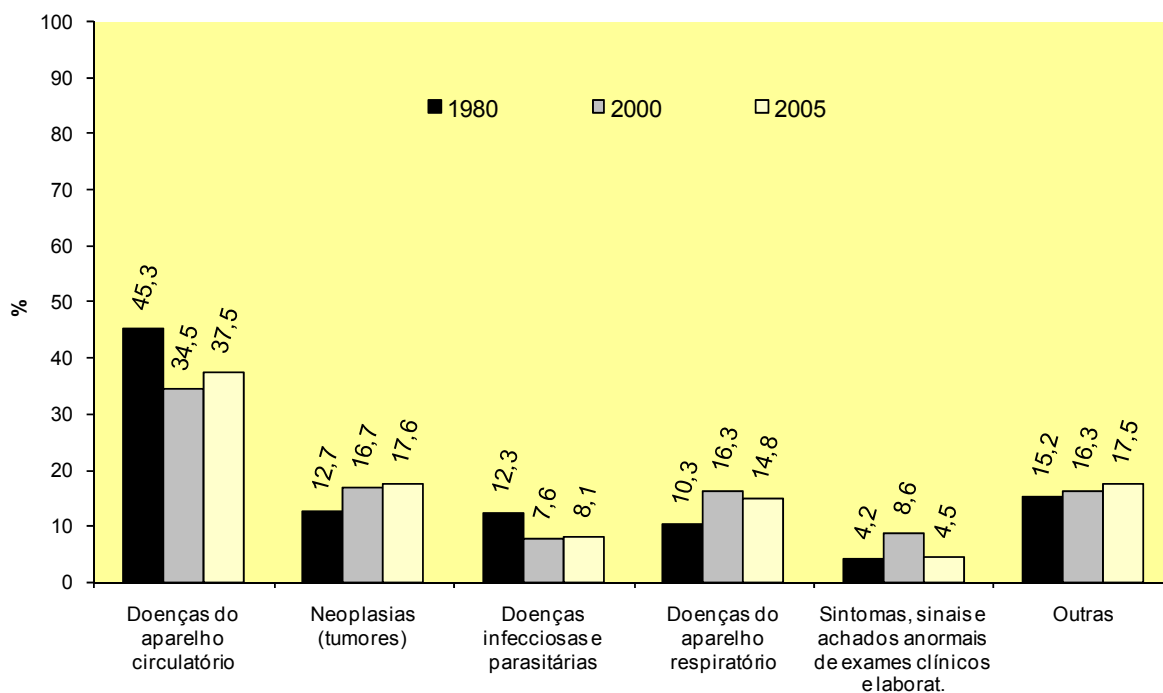
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 9 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos jovens de 15 a 29 anos em Uberlândia – homens e mulheres: 2005.



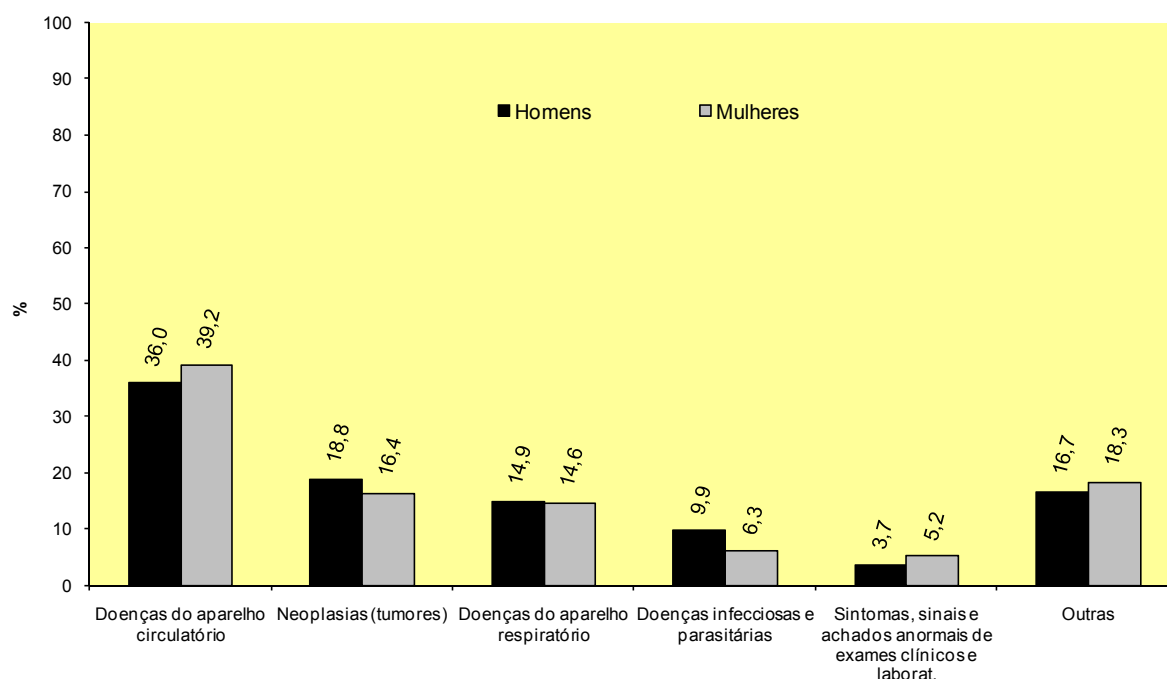
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 10 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos idosos em Uberlândia – ambos os sexos: 1980, 2000 e 2005.



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 11 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos idosos em Uberlândia – homens e mulheres: 2005.



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).
Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 5
Óbitos por causas infecciosas e parasitárias, redutíveis por ações públicas, em Uberlândia: 2000 a 2005.

Óbitos redutíveis por ações públicas	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano
Óbitos redutíveis por Saneamento Básico												
Doenças intestinais: Diarréia, gastroenterite e outras	8	0,34	4	0,16	7	0,28	7	0,27	8	0,29	12	0,45
Óbitos redutíveis por Imunização												
Tuberculose	7	0,30	6	0,25	4	0,16	6	0,23	11	0,40	7	0,26
Hepatite viral	1	0,04	3	0,12	7	0,28	10	0,38	5	0,18	8	0,30
Óbitos redutíveis por Programas Especiais												
Doença de Chagas	132	5,63	148	6,06	155	6,30	144	5,46	120	4,38	135	5,05
AIDS	42	1,79	45	1,84	52	2,11	51	1,93	46	1,68	48	1,80
Restante algumas doenc infec e parasitárias	17	0,73	20	0,82	22	0,89	24	0,91	36	1,31	33	1,24
Total de óbitos redutíveis	207	8,83	226	9,25	247	10,04	242	9,17	226	8,25	243	9,09
Total de óbitos	2.343	100	2.444	100	2.461	100	2.639	100	2.741	100	2.672	100

Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM).
Elaboração Cepes/IEUFU

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni - Reitor

INSTITUTO DE ECONOMIA

Prof. Clésio Lourenço Xavier - Diretor

CEPES

André Luiz Teles Rodrigues – Coordenador - ateles@ufu.br

Economistas

Carlos José Diniz - Gerente	cjdiniz@ie.ufu.br
José Wagner Vieira - Gerente	jwvieira@ufu.br
Álvaro Fonseca e Silva Jr	alvarojr@ufu.br
Ana Alice B. P. Damas Garlipp	aagarlipp@ufu.br
Durval Perim	durval@ufu.br
Ester William Ferreira	ewferreira@ufu.br
Luiz Bertolucci Júnior	bertolucci@ufu.br
Marlene M. Camargos Borges	mmborges@ufu.br
Paulo Sérgio Rais de Freitas	paulorais@ufu.br

Apoio Técnico

Carlos Manoel Lopes Nogueira	
Claudécio Lourenço	claudecio@ufu.br
Diógenes Rodrigues de Oliveira	diogenes@ufu.br
Edivaldo Borges de Souza	edivaldo@ufu.br
Gilson Vital de Oliveira Souza	
Gláucio de Castro	glaucio@ufu.br
Mário José Ferreira	miferreira@ufu.br
Walter Martins Silva	

Estagiárias do Curso de Ciências Econômicas:

Flávia Franco Pacheco

Analistas de Sistema – estagiários:

Bruno Vitorino
Fabrício Pinho Palmezoni

Contatos e informações:

CEPES / IEUFU
Av. João Naves de Ávila, 2.121 - Bloco 1J
Campus Santa Mônica - CEP 38.400-902 - Uberlândia - MG
Telefones: (34) 3239-4157, 4327 ou 4205(fax)
Endereço eletrônico: cepes@ufu.br Espaço virtual: www.ie.ufu.br
